



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2021 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E UM

Acta nº 2/2021

Aprovada em 07/09/2021

No dia trinta do mês de Junho de dois mil e vinte e um teve lugar 2ª sessão ordinária de 2021, realizada no Grande Auditório do Convento São Francisco, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara

- Grupos Políticos
- 2. Prestação de Contas do Município de Coimbra referente ao exercício de 2020, nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
 - Inventário Municipal 2020;
 - Aplicação de resultados;
 - 2.1. Certificação Legal de Contas de 2020 e Parecer do Auditor Externo, nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *conhecimento*;
- 3. Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do exercício de 2020, nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
 - Aplicação de Resultados;
- 4. 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra, nos termos da alínea o), do nº 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
- 5. Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público, Publicidade e Propaganda, nos termos da alínea g), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
- 6. Autorização para exercício do direito legal de preferência, por parte da Câmara Municipal de Coimbra, na aquisição do prédio urbano em propriedade total, sito na Rua Ferreira Borges, nº 12 e Praça do Comércio, nº 61, em Coimbra, nos termos da alínea i), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
 - 6.1. Autorização para contratação de um empréstimo de 1.800.000,00 euros para aquisição de um prédio urbano em propriedade total, sito na Rua Ferreira Borges, nº 12 e Praça do Comércio, nº 61 em Coimbra, nos termos da alínea f), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
- 7. Proposta de prorrogação do prazo da Operação de Reabilitação Urbana (ORU)/ Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU) da Área de Reabilitação Urbana Coimbra Alta, denominada como ARU Coimbra Alta, por mais 6 anos, nos termos da alínea r), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
- 8. Ciclovia do Mondego – Proposta de contrato Interadministrativo de delegação de competências, nos termos da alínea k), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro – *votação*;
- 9. Projecto das Actas nº 5/2020 de 29/12/2020 e nº 1/2021 de 26/03/2021 - *votação*.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Hernâni Caniço, Victor Parola, Rosa Isabel, Luís Silva, Ângela Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro, Isabel Garcia e José Dias.

Presidentes de Junta de Freguesia: António Coelho, José Santos, Joaquim Pereira, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Simões, Manuel Costa, Jorge Veloso, Horácio Costa e Arménio Ferraz.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Eleitos directos

José Rodeiro, Carolina Patrício, Manuela Oliveira, Júlio Gaudêncio,

Presidentes de Junta de Freguesia: António Teodoro, José Simão, João Campos e Francisco Andrade.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos directos

Manuel Rocha, João Ângelo, Filipa Malva e Victor Carvalho.

Presidentes de Juntas de Freguesia: António Lopes e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Eleitos directos

José Albino, João Aldeia, Carlos Silva, Lúcia Ferraz.

Presidente de Junta de Freguesia: Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Lúcia Santos.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos directos

Graça Simões e Serafim Duarte.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira.

Deputado Municipal do MPT

Rui Campos.

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara Manuel Machado e do Vice-Presidente Carlos Cidade, estiveram presentes os Vereadores, Regina Bento, Carina Gomes, Madalena Abreu, Paula Pêgo, José Silva, Ana Silva, Francisco Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Francisco Andrade, como Primeiro Secretário e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – Mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, dos pedidos de suspensão de mandato nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Deputado municipal **António Correia**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **José Dias**.

Deputado municipal **João Marques**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Arménio Ferraz**.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Deputado Municipal **Nuno Freitas** pedido de *suspensão de mandato* pelo período de *6 meses* tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **João Parreira** que *não compareceu*.

Deputada municipal **Paula Alves**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Manuela Oliveira**.

Deputado municipal **Rui Marques**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Júlio Gaudêncio**.

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Deputado municipal **João Orvalho**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **João Casaleiro**.

Deputado municipal **João Casaleiro**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Rita Andrade**.

Deputada municipal **Rita Andrade**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Diogo Martins**.

Deputado municipal **Diogo Martins**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Pedro Moura**, que *não compareceu* tendo pedido de *renúncia de mandato*.

Grupo Municipal (CDS-PP):

Deputada municipal **Helena Mendes**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Tiago Mariz**.

Deputado municipal **Tiago Mariz**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Rui Cruz**.

Deputado municipal **Rui Cruz**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **André Fonte** (*não compareceu*).

Deputado municipal **Pedro Filipe**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Ana Martins**.

Deputada municipal **Ana Martins**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pela Deputada Municipal **Joana Rodrigues**.

Deputada municipal **Joana Rodrigues**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pela Deputada Municipal **Liliana Paredes** (*não compareceu*).

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1, artigo 79º, da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1, do artigo 145º, do Regimento da Assembleia Municipal.

I – ABERTURA

Informações do Presidente da Assembleia:

O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

- Instou aos Deputados Municipais para que tomassem os seus lugares de forma a dar início formal à sessão;
- Observou que, apesar da sala ter condições de segurança sanitária, não deviam “*forçar a proximidade e, portanto, manterem todas as regras relativas à situação pandémica*”
- Verificou a existência de quórum e submeteu a “*Ordem de Trabalhos*” à apreciação da Assembleia que, por sua vez, não obsteu a que a mesma fosse aprovada por *unanimidade*;
- Dedicou uma “*palavra de pesar*” relativamente “*aqueles que nos deixaram, que são das nossas relações pessoais, institucionais e que, de uma forma ou de outra, tiveram peso ou uma relação especial com o concelho de Coimbra* “. Lembrou António Almeida Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Viseu e Vice-presidente da Associação Nacional de Municípios, “*um homem que fez muito pelo poder*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

autárquico, além de ter estado no governo” de certa maneira era um homem da nossa região, Viseu é um concelho praticamente irmão “. Mencionou, também, a figura do Ministro Jorge Coelho de “muita importância na construção do Estado Democrático “e “um amigo de Coimbra em momentos muito importantes independentemente de quem governou Coimbra e em que circunstâncias históricas isso se passou “. Referiu, ainda, João Serpa Oliva que” foi deputado e membro desta Assembleia Municipal, uma figura muito reconhecida e muito respeitada nesta cidade “. Finalmente, aludiu a António Madeira Teixeira “que toda a gente conhece, foi fundador do Grupo Fapricela e era um homem que tinha o seu nome ligado também à comunicação social desta cidade. Face ao silêncio da Assembleia, declarou como aprovado o “Voto de Pesar relativamente às pessoas que aqui citei”.

- Referiu-se a reeleição de António Guterres como Secretário-Geral das Nações Unidas como *“facto da maior relevância, para o próprio, para o país e um elemento positivo para as grandes questões que povoam hoje a Humanidade. E é bom que seja português, isso orgulha-nos a todos”*. Avançou, no seguimento, o Voto de Louvor apresentado pelo Movimento Somos Coimbra no sentido de enaltecer Nuno Peixinho, astrofísico e investigador que *“pôs o seu nome nas estrelas “a partir de uma investigação da Universidade de Coimbra, pelo que merecia o louvor por “termos, hoje, um asteroide a chamar-se Peixinho”*. Admitiu como aprovados os Votos de Louvor atendendo ao silêncio patente
- Relembrou que tinham mudado de sala *“à última hora”* porque estava prevista uma reunião com o senhor Primeiro-Ministro que, por sua vez, se encontrava, no momento, em quarentena fruto *“das surpresas que esta pandemia nos vai colocando”*. Assinalou a distância que a Sala de Espetáculos impunha, advertindo: *“mas nem por isso vamos perder o calor das intervenções que costumamos aqui fazer e, digamos, o calor dos laços que nos unem enquanto membros da Assembleia Municipal”*
- Divulgou a Moção apresentada pelo Grupo Político do CpC, intitulada: *“Por uma Emergência Climática no Município de Coimbra”*, cedendo a palavra à Deputada Municipal Graça Simões para a apresentação da mesma.

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 16:15 a 19:27 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Propôs-se a apresentar a Moção destacando, de imediato, dois compromissos do CpC *“de que nunca abdicamos”*: O primeiro prendia-se com o compromisso com *“a voz dos Cidadãos”* que apontou como fundamental numa administração democrática. E avançou *“na nossa perspetiva, e como sempre fomos apontando, esta falta de consideração pelos cidadãos, pelas associações e instituições é uma das principais razões do bloqueio ao desenvolvimento da Cidade e do Concelho.”* Tomou de exemplo os casos do Rebolim - Portela, Sé-Velha e Quebra-Costas, Solum, e *“outros que estarão a corroer e a comprometer o desenvolvimento do território, apenas à espera que escapem da falta de transparência e sejam evidentes”*; O segundo compromisso tinha a ver com a problemática das alterações climáticas. Explicou: *“Temos noção que não será uma declaração formal de emergência climática a resolver os problemas; como em muitos outros aspetos neste Município, a retórica poderá mesmo ajudar a esconder os problemas, mas cremos que tal vincaria a responsabilidade por medidas estratégicas, (...) que dessem corpo ao “Plano de Combate às Alterações Climáticas”*;
- Referiu que *“ações como a que foi desencadeada na Portela, com a destruição das margens do Mondego e o enterramento de lixo” o “ corte de árvores e de abertura de vias para automóveis, escondidas em planos de caminhos pedonais, como acontece na Solum”*. e, ainda *“boas ideias como a da ECOVIA, mas executadas sem qualquer estratégia de eficácia, com parques ditos periféricos já dentro da cidade”* não convergiam com o *“Estado de Emergência Climática”*;
- Afirmou que a *“neutralidade carbónica é uma meta de sobrevivência”* e apelou a aprovação da Moção pela Assembleia, desde logo, como medida percursora.

Moção

Por uma Declaração de Emergência Climática no Município de Coimbra

As alterações climáticas e seus impactos no aquecimento global do planeta e na vida de todos nós, não são hoje uma questão de opinião, mas sim um dado científico indesmentível, que só a irresponsabilidade de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

alguns negacionistas pode colocar em causa. Nas duas últimas décadas registaram-se os 18 anos mais quentes desde que há registos climáticos. As vagas de calor extremas têm-se tornado cada vez mais frequentes. E os seus efeitos devastadores estão à vista de todos nós: incêndios florestais cada vez mais intensos, secas severas, inundações-relâmpago, tempestades e furacões que arrastam consigo devastação e perda de vidas.

O Relatório Especial do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC), publicado em outubro de 2018, demonstra, com base em dados científicos, que o aquecimento global induzido pelo homem já atingiu 1 °C em relação aos níveis pré-industriais e que está a continuar a aumentar a um ritmo de cerca de 0,2 °C por década. O aumento médio da temperatura global poderá atingir 2 °C pouco depois de 2060 e continuará a aumentar. Impõe-se, com a máxima urgência, uma ação climática internacional que evite uma catástrofe planetária de efeitos incomensuráveis e porventura irreversíveis.

Cientes da urgência de uma ação mais vigorosa e concertada que passe das palavras e boas intenções à ação comprometida de todos para suster o desastre climático, e na senda de várias resoluções como as que saíram do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris, bem como de apelos internacionais, como o proferido pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, um grupo de cidadãos do nosso município, ligados a diversos grupos de ação climática, tomou a iniciativa de propor a esta Assembleia e à Câmara uma petição, assinada por mais de mil cidadãos e cidadãs, que recomenda ao município uma declaração de estado de emergência climática e que, em consonância com tal medida, assumo o compromisso de um plano de ação concreto e monitorizado, no sentido de reduzir as emissões de CO2 e de, a prazo, atingir a neutralidade carbónica na nossa região.

Sendo do conhecimento público que a referida petição foi entregue ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal em 19 de março, e que este a encaminhou para a Comissão de Proteção do Ambiente e do Ordenamento do Território no dia 8 de abril, seria expectável que a mesma tivesse sido agendada pelo Sr. Presidente da Assembleia para discussão e votação nesta Assembleia. Dada a relevância da iniciativa cidadã e a indiscutível pertinência, atualidade e razoabilidade da proposta, e para que a petição cidadã seja devidamente respeitada por esta Assembleia, como é seu dever, propomos que o Sr. Presidente da Assembleia proceda:

- 1. À convocatória da Comissão de Proteção Ambiente e Ordenamento do Território, desta Assembleia, a fim de proceder à análise da petição e consensualização de uma proposta a submeter à discussão e aprovação desta Assembleia.*
- 2. À convocatória da conferência de representantes dos grupos municipais, nos termos do art.º 27.º do Regimento Interno para que proceda ao agendamento da discussão e votação da proposta, nos termos das alíneas b) e c) do art.º 28.º do mesmo Regimento.*
- 3. Ao agendamento, na próxima reunião da Assembleia Municipal, de um ponto específico de debate e votação da Petição cidadã ou do documento consensualizado pela Comissão supra-referida.*

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS-PP) : [\(áudio 20:13 a 24:58 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Referiu que “*agora já nem o património histórico e mundial fosse minimamente preservado por um executivo presidido por alguém que gosta tanto de nos contar histórias de Coimbra*”;
- Citou o Professor Pedro Proença Cunha, proeminente geólogo de Coimbra: “*Mas pode alguém com conhecimento em património achar aceitável que a obra em curso no Largo da Sé Velha, (Património Mundial da UNESCO) remova a presente calçada de feição medieval, feita com seixos rolados de quartzito, para instalar uma densa grelha de passadiços ortogonais em lajes de granito, litologia que historicamente nunca existiu em Coimbra? Não esquecendo que imediatamente abaixo da calçada existe uma importante necrópole medieval. No meu entendimento deveria haver conservação deste espaço sepulcral, impedindo que uma obra nele interfira. Em outras necrópoles, de modo a favorecer um ambiente alcalino, coloca-se pó calcário para que os restos ósseos se possam conservar mais. Entretanto, esperamos que a entidade que tutela esta área com classificação da UNESCO - a Direcção Geral do Património Cultural - nos responda se deu parecer favorável e com que condicionantes à obra. Estando já o património do "Quebra-Costas" perdido e parte da calçada medieval da Sé arrancada, vamos ver se este é um início de consciencialização do que se prepara num futuro ao virar*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

da esquina: as ditas 'autonomias' municipais já são exercidas de modo ainda não formalizado e será sempre agravado." Citou, ainda, Isabel Anjinho, historiadora e autora de vasta investigação sobre a cidade de Coimbra: *"De referir que no largo da Sé existe uma necrópole que se encontra a níveis muito superficiais, logo abaixo da calçada, e que poderá ser afeitada pelo granito que ali possam vir a colocar (independentemente da questão identidade consignada na Carta de Veneza de 1964). Será que a Direção Geral do Património Cultural autorizou estas obras da empreitada?"*;

- Informou que mais especialistas se tinham juntado à *"contestação da aberração que se pode ver no Quebra-Costas e no Largo da Sé Velha, como a Associação Portuguesa de Geólogos"*. Acrescentou que a Direção Geral de Património Cultural tinha sido questionada, através de carta subscrita por diversas personalidades, sobre *"a legitimidade das intervenções desprevenidas "que estavam a acontecer no Quebra-Costas e no Largo da Sé Velha. E, a par com a Comissão Política Concelhia do CDS-PP de Coimbra, congratulou a atitude cívica da iniciativa á qual se tinham associado;*
- Mencionou a aquisição do antigo edifício da Caixa Geral de Depósitos questionando sequencialmente *"Será que queremos uma das principais artérias da cidade, senão mesmo a mais emblemática transformada numa mega repartição pública? "Por que motivo estamos a tapar com todas as nossas forças todos os caminhos para o coração da nossa cidade à iniciativa privada, ao investimento privado?"*
- Defendeu que seria mais proveitoso investir na atracção do investimento privado para a Baixa de Coimbra e comprovou *"temos alguns, poucos lamentavelmente, bons exemplos de investimento privado em inovação e tecnologia que aconteceram na Baixa de Coimbra (...) aconteceram apesar deste executivo socialista e comunista que desconfia inexplicavelmente da iniciativa privada"*. Tomou de exemplo *The Loop, Nest Colective e Urubu* que tinham singrado *"apesar das decisões políticas tomadas nos últimos 8 anos "rematou, por fim, "Coimbra não tem sorte nenhuma, nem com a posição, nem com a oposição"*.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 26:51: a 37:26 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Aludiu a *"proclamação de uma nova área da intervenção política, ou seja, iniciativa imobiliária trazida para o debate desta assembleia "*. Acrescentou *"se os privados quiserem adquirir prédios podem fazê-lo (...) têm é de ser competitivos. Não o sendo, arriscam-se a que a Câmara cumpra o seu papel e consiga, a bom preço, instalações para os seus serviços que beneficiem e melhorem o atendimento aos munícipes"*;
- Abordou a proposta de *Moção do CpC* como *"não há nada mais consensual entre nós do que a preocupação com as questões climáticas"*. Sugeriu que se passasse à prática de forma estruturada e ordenada, realçando que *"não são proclamações que definem os caminhos são propostas concretas que levam às boas decisões"*;
- Contestou a forma como foi introduzida a questão, cuja proposta de análise e debate da petição, pela Comissão de Protecção do Ambiente e Ordenamento do Território, no sentido da consensualização de uma recomendação a submeter à discussão da Assembleia, questionando *"com base em quê? e orientada para quê ?(...) uma mera declaração de emergência climática? Escusamos de estar aqui a discutir, basta que o CpC apresente aqui uma Moção e que proponha a declaração de emergência climática no Município de Coimbra, se não é para avançar com mais nada, basta propor isso"*;
- Reportou que *"em respeito aquilo que era pedido"* tinha chegado à conclusão de que o documento devia estar incompleto e, nesse sentido, tinha solicitado mais elementos para que pudesse ser avaliado, uma vez que *"discutir com uma base destas tão generalista, tão vaga, implica que os promotores se cheguem à frente e digam ao que vêm. Não o fizeram, segundo o que sei, mas fez o CpC no seu direito e com toda a legitimidade"*;
- Avançou que nos considerandos da *Moção do CpC*, se podia ler a iniciativa de propor à Assembleia e à Câmara e refutou: *"não é verdade, foi a esta Assembleia e era à Câmara que deviam ter dirigido esta petição (...) sabendo todos que uma proposta deste tipo, para ser viável, tem de ser decidida pelo executivo (...) esta Assembleia só tem capacidade propositiva, nem sequer pode declarar o Estado de Emergência"*;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Contradiu a recomendação de Declaração de Emergência Climática na Petição e a adopção, em consonância, de um plano de acção concreto para a redução das emissões de Co2, capaz de atingir a neutralidade carbónica. Atestando que *“não está aqui escrito em lado nenhum”*, considerou tratar-se de um *“lapso (...) porque a petição não se refere em lado nenhum a isto”*;
- Inferiu que *“o que nos é proposto votar são coisas burocráticas, formais. A convocatória da Comissão de Protecção do Ambiente para proceder á análise desta petição, não desta proposta, com as insuficiências que se trouxe à colação e a consensualização de uma proposta a submeter à discussão e aprovação (...) em torno de quê? Com base na petição? Já vimos que não há proposta nenhuma”*. Apelou, por fim, que *“as instituições resolvam as insuficiências dos proponentes porque é fundamental”*;
- afirmou, por fim, que *“uma Declaração de Estado de Emergência não pode ser feita agora, porque aqui também não há neutralidade! A defesa do ambiente não é vista de uma forma neutra, não se pode defender o ambiente à custa dos consumidores, não se pode defender o ambiente à custa dos trabalhadores, não se pode defender o ambiente defendendo os poluidores e isto não é aqui dito e esta é a minha posição de partida, que encararei em discussão”*;

Intervenção do deputado municipal Francisco Andrade (PSD): [\(áudio 38:07: a 50:35 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Mostrou-se honrado e privilegiado por ter integrado a Mesa da Assembleia durante o actual mandato, enaltecendo a amizade com o seu colega Vitor e os *“laços de admiração, respeito e amizade com o nosso presidente Sr. Dr. Luís Marinho”*;
- Dirigiu-se ao Presidente da Assembleia, como exemplo a seguir e agradeceu *“a delicadeza e respeito que sempre demonstrou por quem fez parte da Mesa da Assembleia, coisa que sei de menor importância para alguns, mas não para V. Ex^{aa}”*;
- Agradeceu ao Executivo da Câmara Municipal de Coimbra, através do Presidente Dr. Manuel Machado, *“a forma elevada e responsável, que sempre existiu na ligação Câmara Municipal/Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais”*. Afiançou que *“aquilo que falta, para que se cumpra o protocolo de obras assinado entre nós, irá ser cumprido até final do meu mandato”*;
- Dedicou *“sincero agradecimento pela luta que travam em defesa daquilo que pensam ser o melhor para Coimbra”*, e às senhoras e senhores Vereadores sem pelouro;
- Referiu que, ao abandonar o lugar onde esteve vinte anos, eleito pelo povo, uma freguesia que *“se torna alvo apetecível para certas beliscadelas”*, destacava alguns números para reflexão: *“Na parte urbana somos 1/3 da cidade de Coimbra, rondando os 26.500 eleitores. Na parte rural, onde se inclui: Olival de S. Domingos, Coselhas, S. Romão, Casal do Lobo, Bemposta, Rocha Nova, Cova do Ouro, Mainça, Vale de Linhares, Chão do Bispo, Tovins, Poço de Água, Pinhal de Marrocos, Vila Franca, o número de eleitores rondará os 10.000. Somando estes números, chegamos aos 36.300 eleitores, conforme o confirmou o último caderno eleitoral”*;
- Mencionou que abandonava a Presidência da Junta de Freguesia de livre vontade, quando convidado pelos Órgãos do Partido, a nível nacional e concelhio, e *“continuo a ser desejado pela população da freguesia e me encontro com capacidade física e mental para poder continuar” (...)*. *“Sempre gostei, de deixar os lugares que ocupei ao longo da minha vida, saindo pela porta grande, de cabeça erguida (...). Saio quando a minha idade biológica se encontra ainda lúcida e distante da idade cronológica”*;
- Dirigiu-se às senhoras e senhores Deputados e aos seus colegas, Presidentes de Juntas de Freguesia, enviando *“um grande abraço e o meu obrigado pela vossa compreensão durante o período em que assumi o lugar de 1º Secretário da Mesa da Assembleia”*. *“Este foi o meu oitavo ano a desempenhar esta função (...) aos quais junto vinte anos de autarca de proximidade e um mandato como vereador, que, apesar de ter entrado como suplente, foram muitas as presenças nas reuniões, em substituição dos Vereadores efetivos. Bem-haja a todos.”*
- Concluiu, afirmando *“É esta a minha lição de vida! Sempre que não tenho nada para dizer, que seja mais belo, mais convincente do que o silêncio, calo-me. É isso que vou fazer agora. Acabaram-se-me as palavras. Bem-haja pela vossa paciência, bem-haja pelo vosso silêncio. Até sempre...”*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Justificou a exceção encetada com o facto de o “1º Secretário, Presidente de Junta, Deputado desta Assembleia “ter estado 4 anos calado”, pelo que se tratava de indulgência e de um prazer da Mesa, ouvir Francisco Andrade, pela primeira vez, a fazer a sua intervenção;
- Agradeceu as “palavras sensíveis” que lhe tinham sido dedicadas e acrescentou “quando um homem sai por vontade própria do exercício de uma missão de serviço público na qual empenhou o coração (...) esse homem merece o nosso respeito, esse homem merece a nossa homenagem, esse homem merece o nosso carinho”. Por último, agradeceu a Francisco Andrade.

Intervenção do deputado municipal Luis Silva (PS): [\(áudio 52:47; a 56:12 minutos - 1ª gravação\)](#)

- Contextualizou que com a aproximação das eleições autárquicas, aproximar-se-ia, também, o momento da participação de movimentos independentes, “criando dinâmicas extrapartidárias” com “um contributo valioso (...) desde que resistam ao discurso anti-sistema primário, demagógico e com o único intuito de ganhar votos a curto prazo, sustentados num sentimento anti-partidário e anti-ideologia, sem fundamento nem razão, apenas para sustentar projetos pessoais”;
- Concretizou que “em Coimbra temos agora um movimento bipolar, ainda à procura do que quer ser”. Particularizou, o caso do Somos Coimbra e citou o Vereador José Manuel Silva passados 4 anos: “a única candidatura independente, que não tem o apoio de qualquer partido”. Inferiu “Hoje pedem os mesmos votos e a mesma confiança porque têm mais apoios de mais partidos”;
- Atentou que o Vereador José Manuel Silva “já fala em reuniões de Câmara em nome do PSD, mas nesta Assembleia, foi caso disso a anterior, continuamos a ouvir um discurso anti-partidos e anti-ideologia do Somos Coimbra, que foi o mesmo que ouvimos durante 4 anos. E que já não está em consonância com esta nova versão;
- Acusou “quem se apresentava como anti-sistema e anti-partidos de agora fazer um acordo com um dos maiores partidos do nosso sistema “. Acrescentou que “não vale a pena esconderem atrás de partidos sem expressão o real intuito (...) sabemos todos o que foi procurado. Foi o apoio do PSD”;
- Transmitiu ao Vereador José Manuel Silva, ausente naquele momento, que “não vale a pena esconder o PSD no meio do Volt e do RIR”. E denunciou que o PSD, “tal como nós, foi destruído durante 4 anos, por ter partido ou ideologia. Não vale a pena ter, agora, vergonha do que foi feito e de como se apresentam às eleições de forma completamente antagónica à de há 4 anos, Até porque ao José Manuel Silva, Vereador desta Câmara, o laranja até assenta bem”.

Intervenção da deputada municipal Filipa Malva (CDU): [\(áudio 56:49 a 59:15 minutos 1ª gravação\)](#)

- Anunciou que estavam a viver a 4ª vaga da pandemia e que, por isso, pela quarta vez, em ano e meio, os serviços de saúde eram absorvidos pela luta contra a Covid19 e, conseqüentemente as consultas, tratamentos e cirurgias tinham sido, mais uma vez, adiados;
- Sugeriu que a vacinação generalizada implicava “diversificar a aquisição das vacinas, criar capacidade de produção de vacinas em Portugal, e suspender as patentes como forma de assegurar a vacinação dos portugueses”;
- Denunciou que as condições de acesso ao SNS “pioraram exponencialmente”. E relatou que em Coimbra, nos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC integrado no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra — CHUC), a procura do serviço de urgência tinha sofrido um aumento exponencial, com a acumulação de doentes durante largas horas para serem atendidos. Informou que na Freguesia de Brasfemes se detinham para inverter o encerramento da sua extensão e que, aquela freguesia, registava a mais alta mortalidade por causas ligadas aos cuidados de saúde primários, para além do número mais elevado de internamentos evitáveis por prevenção primária. E reflectiu “Infelizmente o Governo insiste que o Centro de Saúde de Eiras é o suficiente para a população, mas as filas de espera às suas portas provam a necessidade de reabrir a Extensão de Brasfemes”;
- Assumiu que os cuidados de saúde primários são a sustentação de um Sistema Nacional de Saúde equilibrado e arguiu que a sua proximidade com a população era fundamental na prevenção de doença grave. Alertou que melhorar as condições de acesso à saúde passava pelo reforço do número de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

profissionais, pelo investimento na modernização e inovação tecnológica, pelo investimento nas instalações e no aumento da capacidade de resposta dos centros de saúde como nos hospitais;

- Concluiu que *“apesar de todas as dificuldades e insuficiências, o SNS mostrou ser a solução mais sólida na resposta à Covid-19, o que é amplamente reconhecido pela generalidade dos portugueses. Nesta urgência de pandemia como todos os dias, o SNS merece o nosso respeito e o nosso investimento, esperemos que em Coimbra não fique para trás”*.

Intervenção do deputado municipal Nunes da Silva (SC): [\(áudio 00:25 a 10:41 minutos 2ª gravação\)](#)

- Revelou agrado com as palavras do Deputado Luis Silva porque *“ao fim de 8 anos vejo o partido socialista tremer (...) terão se calhar entendido que ao fim deste tempo vão encontrar uma oposição forte, com muita vontade de ganhar”*;
- Dedicou breves palavras a seu amigo Serpa Oliva, *“com quem lidei desde os tempos de faculdade, de família, companheiro de luta antes do 25 de Abril e depois do 25 de Abril (...) pelo que queria aqui lembrá-lo perante vós”*;
- Julgou como *“habitual, não crítico, o embelezamento da cidade no último ano antes das eleições”*. Agradeceu, enquanto município, as novas escadas, jardins e pavimentos. Refutou, no entanto, *“eu diria que não é o fundamental de forma alguma, porque o mais importante está por fazer ao fim de 8 anos, é verdade que muito do que está por fazer já vem de há mais de 8 anos”*;
- Informou que Coimbra, no *“Ranking de Municípios com Melhor Frequência e Eficiência Financeira”*, estava em 11º lugar em 2017, em 18º em 2019. Em número de habitantes, por sua vez, estava em 19º lugar;
- Recuou a 1965, quando Coimbra era a *“3ª Cidade do País”* e havia fábricas de cerveja, de bolachas, lanifícios, grandes tipografias. *“Havia mais indústria em Coimbra há 50 anos do que há hoje e isto ninguém pode negar. Com a desertificação do interior havia a obrigação de haver mais gente ainda em Coimbra (...) está desertificada e não tem sido possível, por parte do Partido Socialista, colmatar e lutar de forma eficiente contra isto”*;
- Apontou Coimbra como o segundo pior Município do país na perda de jovens dos 24 aos 29 anos, *“jovens que acabam a sua formação e não têm emprego nesta cidade”*. O 67º concelho em *empresas não financeiras sem habitantes*, o 67º concelho em *bens exportados* incluindo o turismo *“poucas cidades neste país, se é que alguma terá, têm mais património cultural do que Coimbra”*. Acrescentou, ainda, que de 2002 a 2018 o emprego tinha baixado 7%, enquanto nos concelhos limítrofes aumentou 8% *“ou seja há aqui uma décalage de 15%. Até 2018, não tem nada a ver com pandemia”*;
- Descreveu como estrutural, como orientações estratégicas para o futuro, o investimento em obras estruturantes; atracção de grandes investimentos em novas empresas; criação de emprego; atracção e fixação de jovens. Mencionou projectos como a Penitenciária, Palácio da Justiça, Hospital dos Covões e Maternidade e rematou *“8 anos em que uma equipa se esgotou completamente (...) se esforçou ao máximo, mas não conseguiu aquilo que era fundamental” (...)* *“compete ao executivo essa capacidade de pressão que, do nosso ponto de vista, não foi suficiente”*;
- Terminou afirmando *“exigia-se muito mais do Partido Socialista e, naturalmente, os municípios poderão contar, da nossa parte, com toda a boa vontade de realizar tudo aquilo que é estruturante para Coimbra”*.

Intervenção da deputada municipal Rosa Cruz (PS): [\(áudio 11:25 a 15:26 minutos 2ª gravação\)](#)

- Aludiu ao combate às desigualdades sociais, massivamente, intensificadas com o aparecimento do COVID-19;
- Assumiu o compromisso, *“que sempre foi nosso”*, de combater as injustiças sociais. Divulgou o investimento da Câmara Municipal em apoios concretos a famílias, empresas e associações, com mais de 2 milhões de euros disponibilizados na implementação de medidas contra a pandemia;
- Valorizou, nesse âmbito, a acção da Câmara Municipal que, com o escopo da *“reposição da normalidade social”*, tinha apoiado as famílias cujo rendimento mensal tinha sido reduzido devido à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- pandemia, com a emissão de vales de valores entre os 250 e os 550 euros. Explicou que os vales eram descontados em estabelecimentos de comércio local e restauração de proximidade, *“promovendo, assim, um benefício a particulares e pequenos comerciantes”*;
- Contou o apoio a 260 pessoas e a participação de 102 estabelecimentos comerciais, com a medida que se tinha iniciado em Dezembro de 2020 e estendido até Março 2021. Informou que a verba disponível para o referido programa tinha sido de meio milhão de euros e que, igualmente, o Fundo de Emergência Social se tinha revelado um importante instrumento no combate à pobreza e à exclusão social, pelo que tinha tido um reforço de 319 mil euros, por parte da Câmara Municipal de Coimbra;
 - Noticiou, ainda, que a Câmara Municipal tinha promovido o alargamento e isenção de esplanadas, de taxas de rendas e concessões municipais de espaços comerciais e de taxas aos comerciantes do Mercado D. Pedro V e que a dita medida ascendia a 300 mil euros referentes ao pagamento de rendas e mensalidades, com início em Abril de 2020 tinha sido prorrogada até Setembro de 2021;
 - Avançou que 25% dos apoios concedidos às associações culturais em 2021 tinham sido antecipados e cujo valor de execução máximo previsto era de 160 mil euros. No âmbito da educação, a Câmara Municipal tinha criado uma plataforma online de apoio ao ensino à distância, de forma gratuita, acessível a todos os alunos e professores do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino público do concelho. Contabilizou mais de 4800 crianças, de 245 turmas, dos seis agrupamentos de escolas, com 2500 equipamentos informáticos entregues no regime de ensino *online*. Disse que o investimento municipal, nesta matéria, rondava os 650 mil euros;
 - Recorreu às palavras do Presidente Manuel Machado, para finalizar: *“(…)assumimos e mantemos que não deixaremos ninguém para trás, salientamos que este continua a ser o objetivo do Município, e continuaremos a adotar medidas extraordinárias de apoio às famílias, às empresas e associações sempre que tal se mostrar necessário!”* e concluiu *“foi isto que este Executivo fez e continua a fazer para combater todas as vertentes negativas que esta pandemia nos trouxe”* (...) *“por isto, estou crente que todos os municípios de ^Coimbra nos vão continuar a dar a confiança pelo seu voto nas próximas eleições”*.

Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD): [\(áudio 16:11 a 24:40 minutos 2ª gravação\)](#)

- Começou por declarar *“nunca ouviram, nas minhas cortesias, cumprimentar os jornalistas, isto porque, muitas vezes, as intervenções que são aqui feitas não são para os jornalistas escreverem, porque eles já trazem o texto feito”*. Acrescentou, ainda, *“de facto, sejam boas ou más, sejam de interesses para a cidade ou não sejam, não se vê nas notícias dos jornais não sei porquê”*;
- Informou que, no interesse das suas freguesias, queria intervir para *“falar da negligência que a Câmara está a ter com as escadas que dão ao Sobral de Cid. Cartas e cartas de pessoas a reclamar. A última foi que as terras que estão nas escadas do Sobral Cid, que são municipais, é culpa do privado, agora só levantam a culpa aos privados e ao presidente da junta”*;
- Referiu, também, a Rua Dr. António Menano em que *“a câmara licenciou casas que não tem infraestruturas, nem mesmo estrada, nem número de rua, nem números de polícias (...) as pessoas querem registar os filhos que nasceram, querem dar a direcção para tirar o cartão de cidadão (...). O nome de rua já foi sugerido pela Junta, que era Travessa da Rua Dr. António Menano, mas acho que o documento dorme na secretária do Presidente da Câmara”*;
- Relatou que em 7 de Janeiro de 2021 tinha pedido à Câmara Municipal de Coimbra para realizar a Feira Popular. No dia 28 de Maio de 2021 tinha recebido a resposta *“sim senhor a Junta de Freguesia vai fazer a Feira Popular. A Câmara, como nos anos anteriores, vai pagar as entradas à população, para nós estarmos de portas abertas. Mas com a condicionante de nós pedirmos o parecer da Direcção Geral de Saúde por causa do Covid. Pedimos parecer. Está aí o parecer do dia 25. Chegou à Junta a 27, (...) mandar-nos uma circular da Câmara que não podíamos fazer a Feira Popular. Entretanto, tivemos conhecimento que chamou uma associação de feirantes, para fazer, não uma feira popular, mas um conjunto de carrosséis e já, se calhar, na véspera de terminarem as festas da cidade”*;
- Registou que *“no Alto dos Barreiros”* existiam contentores que *“dão para a estrada, mas são perigosos”*. Nesse sentido a Junta de Freguesia tinha solicitado a sua deslocação e a resposta, por sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

vez, tinha sido declinada porque *“causava constrangimento e as pessoas estavam habituadas”*. Em contraste, apontou a resposta à Associação de Moradores de Valverde: *“podem mudar os contentores inclusivamente vamos reclassificar o espaço”*. Reflectiu, por fim, *“de facto ser presidente da junta é muito difícil”*;

- Mencionou o documento das Informações do Presidente da Câmara, dizendo *“vem sempre outra página onde vem o que é que mantém o dinheiro que a câmara tem, hoje não vi nada disso. A Câmara tem 48 milhões, a Câmara de Coimbra deve ser das mais ricas fora Lisboa e Porto (...) ao ponto de andar a pedir dinheiro emprestado”*;
- Declarou *“hoje vou votar como o Partido Socialista vota sempre nas questões das juntas (...) comandado por um assessor ou por um adjunto ou por sei lá, uma pessoa que vem a receber alguma coisa à Câmara e vota sempre contra (...). ontem por acaso na Assembleia do Relatório de Gestão, (...) foram discutir um pormenor técnico que aquela parcela não devia estar naquilo, (...) e utiliza o Voto de Qualidade para votar contra. Sem razão nenhuma, sem Declaração de Voto nenhuma, portanto, eu hoje vou votar todas as deliberações como o Partido Socialista”*;
- Questionou, no âmbito da intervenção da Deputada Rosa Cruz, *“quem é que diminuiu o rendimento os brasileiros todos que perderam o lugar de trabalho na indústria hoteleira e que foram para o Brasil comprar recuerdos? Será para esses? Haja alguma justiça em abdicar das rendas de restaurantes que facturaram milhares todos os meses, por exemplo, os da Praça da República e aos outros? Nada? Os outros têm de pagar renda ao senhorio na mesma?”*;
- Terminou afirmando *“a Câmara está mesmo falida porque não paga nem as obras (...) quer dizer também a obra não está feita porque a Câmara não faz o projecto, portanto, estamos a falar em todas as juntas, se for como a minha, estamos a falar em milhões de euros (...) não interpreto a Lei dos Compromissos dos Pagamentos em Atraso, eu não sei se nós vamos aprovar o Relatório de Gestão, se a Câmara tem anos em atraso”*. Reforçou, por último, *“vou votar à Socialista, vou votar contra tudo”*.

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 25 :21a 30:04 minutos 2ª gravação\)](#)

- Regozijou *“Coimbra é uma cidade-rio, finalmente”* e elencou as condições de mobilidade e inovação da área habitacional com parques infantis e geriátricos, escolas com ordenamento, refeições dignas e a reabilitação das margens do rio, numa *“união de espaços, de pessoas e de gerações”*;
- Afirmou que *“Coimbra é cultura com estruturas e uma” movida” que nos creditam para candidatura a capital europeia”*, nomeando o Convento S. Francisco e toda a cidade como espaço com diversidade de artes, aproveitamento e polivalência, para usufruto de todas as classes;
- Apresentou a Universidade como sendo abertura e aplicação à tecnologia, retoma da indústria, devido ao IParque e múltiplos investidores, turismo sustentável, conciliando as condições para investigação e desenvolvimento;
- Aludiu ao apoio prestado às famílias, à acção social para quem necessita, ao combate à pobreza agravada pelas circunstâncias e à tolerância e *“urbanidade para maiorias e minorias”* que Coimbra garantia;
- Referiu os espaços verdes de Coimbra que *“saíram do marasmo e da degradação”*, o desporto com criação de novas infraestruturas e recomeço de competições, pelo êxito técnico, lazer e saúde. No âmbito da saúde, evocou a *“excelência do Perfil que permitirá o Plano Municipal de Saúde, como mais um garante da saúde das populações, sem esquecer a luta contínua pelo Hospital Geral Central dos Covões, pela nova Maternidade e pelo Centro de Saúde Militar de Coimbra, enfrentando poderes centralistas (...)”*;
- Promoveu a *“cultura democrática”*, no órgão executivo, concretizada na tomada de decisões participadas e partilhadas com opinião pública e exercício da cidadania, e, no órgão deliberativo, com *“debate insigne em plenário e intervenção das Comissões, na vivência dos cidadãos que opinam e vêm resultados objetivos”*;
- Concluiu que *“Coimbra ainda é Coimbra. é vida e qualidade de vida e mais vida será, pois vamos continuar a fazer o que ainda não foi feito. Com tranquilidade, sem tremer”*.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal José Dias (PS): [\(áudio 30 :39 a 35:32 minutos 2ª gravação\)](#)

- Comentou uma das intervenções antecedentes “*chocou-me, porque além dos negacionistas em relação à ciência, temos agora os negacionistas em relação à crise que vivemos. De facto o PSD desde que se juntou ao Somos Coimbra tem andado numa deriva em que já na última Assembleia Municipal propunham que os autocarros dos SMTUC fossem substituídos por táxis devido à falta de pessoas a utilizar os transportes públicos e , agora, hoje, vemos que afinal não são necessários apoios absolutamente nenhuns à comunidade de Coimbra, porque a crise não existe*”;
- Destacou uma “*grande notícia relativamente às escolas de Coimbra*” que se prendia com a conclusão dos trabalhos de remoção de Amianto das escolas, no quadro de um acordo entre o governo do Partido Socialista e a ANMP. Designou o Município de Coimbra como precursor, tanto na adesão ao acordo, como na sua conclusão, antes do final do corrente ano lectivo. Exaltou, neste sentido, a mensagem de Saúde Pública das comunidades escolares e a mensagem de sustentabilidade dos investimentos, públicos e privados, no futuro das novas gerações;
- Abordou a *Moção* proposta pelo CpC e assumiu “*tenho de subscrever totalmente as declarações do deputado Pinto Ângelo, não só é estranho um conteúdo que é genérico e com o qual todos nós concordamos (...) mas acima de tudo o timing (...) vem já fora do tempo*” justificou que o relatório mencionado, do painel intergovernamental, ia caducar no mês seguinte e ia ser lançado um novo “*com conclusões ainda mais preocupantes em relação a esse relatório de 2018*”;
- Advertiu “*nós não estamos a começar do zero como essa moção quer tornar claro*”, arguindo o Roteiro de Neutralidade Carbónica que o governo tinha concretizado e os investimentos do *Plano de Recuperação e Resiliência*.
- Enunciou, a nível municipal, o *Plano Municipal para as Alterações Climáticas* que, desde logo, apresentava 75 medidas, “*documento esse que foi tornado público e aberto a todos os cidadãos de Coimbra para que pudessem fazer chegar essas propostas e que nós também pudéssemos debater, aqui, na Assembleia Municipal*”, enumerou, neste sentido, aspectos como a inauguração da *Ecovia*, as *Ciclovias* e as *Redes de Partilha Eléctrica* como inseridos no “*percurso que já estamos a fazer (...) este é um tempo de acção sabemos bem as repercussões que esta temática está a ter no nosso quotidiano*”.

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 36 :55 a 40:55 minutos 2ª gravação\)](#)

- Começou por declarar “*há aqui de facto muitos equívocos! A intervenção de Pinto Ângelo mostrou-os todos e, agora, José Dias veio introduzir mais umas notazinhas, que não são as importantes aqui*”;
- Reportou, primeiramente, que a Petição que foi apresentada à Assembleia Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal e, supôs porque assim lhe tinham dito, ao Presidente da Câmara “*de facto ela chegou às mãos dos grupos de cidadãos incompleta, falta a segunda página da petição, fui confirmar há bocadinho com os serviços da secretaria*”;
- Dirigiu-se ao Deputado Municipal Pinto Ângelo afirmando, “*mas qualquer um percebe que ela está incompleta e qualquer um podia ter feito exactamente o que eu fiz: ir à petição online e ler a petição (...) A petição que está online é muito clara e muito objectiva naquilo que solicita*”;
- O Presidente da Comissão Permanente “*se realmente fossem valorizadas as funções da comissão e igualmente a participação dos cidadãos isto podia ter sido obviado não precisava de ter chegado aqui*”;
- Prosseguiu admitindo que os proponentes tinham reunido com todos os grupos políticos e que todos se tinham mostrado solidários e receptivos. “*Nós não viemos para uma moção para declarar a emergência climática, nos viemos com uma moção para que se consensualize uma recomendação ao executivo (...). Assumir que as recomendações da Assembleia não servem para nada é um bocadinho preocupante. Nós sabemos que a prática é essa mas não podemos assumir à partida que assim é*”;
- Inferiu que a *Declaração de Emergência* era um assunto que requeria reflexão, pelo que era mais uma razão para a consensualização, “*mais uma razão para a comissão permanente se reunir , analisar as questões e verem que implicações é que isto tem (...) a única implicação eu pode ter é um selo que reforce o plano a que se referiu José Dias e nós aprovámos , que reforce a necessidade dele, que*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

simbolize o nosso empenho, de facto, em dar a nossa parte por esta questão que todos somos sensíveis, mas apenas em retórica(...)”;

- Apelou a que, pelo conteúdo e pelo princípio, se aprovasse a Moção “*são os cidadãos de Coimbra que fazem uma petição e a dirigem aos seus órgãos representativos, isto mostra que os valorizam. Se nós agora os desvalorizamos, penso que é problemático no mínimo*”.

Intervenção do deputado municipal Rui Claro (PS): [\(áudio 41:39 a 42:31 minutos 2ª gravação\)](#)

- Referiu-se à petição que a Deputada Graça Simões tinha mencionado “*e que é meritória.*”, questionando, de imediato, como é que um grupo parlamentar replicava para o órgão deliberativo “*algo que enferma de um vício de forma*”;
- Dirigiu-se ao Presidente da Assembleia declarando “*a meu ver, Senhor Presidente eu acho que isto merecia ser aclarado, não competirá, certamente, a sua excelência fazer uma declaração dessas*” sugerindo a discussão e avaliação da questão em sede própria sob pena de se cometer uma ilegalidade.

Intervenção do deputado municipal José Dias (PS): [\(áudio 43:07 a 43:12 minutos 2ª gravação\)](#)

- Declarou “*para esclarecer que em relação a esta Moção, o Grupo do Partido Socialista recomenda que baixe à Comissão*”.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Anunciou um período de observação “*nós recebemos de um grupo de cidadãos que se organiza de baixo da sigla Climação Centro, no dia 19 /03, enviaram-nos o texto, que é o texto que está aqui e que foi divulgado, e depois, toda uma série de assinaturas, mas o texto que recebemos é este, tem 5 pontos, que venho agora a perceber que o texto teria mais páginas, bem, foi-nos entregue em mão assim, pode se ter perdido, pode se ter trocado, mas nós recebemos em mão assim*”;
- Pronunciou-se quanto à forma e às questões, pressuposto de todo o texto, considerando “*acho que não há ninguém que não esteja de acordo ou preocupado com a questão climática não só em Coimbra, como em todos os outros concelhos que nos rodeiam, como na região, como no país, como no mundo*”. Acrescentou que do ponto de vista formal a Assembleia Municipal não tinha base legal para fazer uma declaração de *Emergência Climática* e reforçou “*pelos termos do próprio texto, é uma expressão demasiado pesada suscitar, naturalmente, (...) algum alarme social. Os nossos eleitores, respeitam o que dizemos aqui, (...) vivemos numa situação difícil a nível mundial, mas, especificamente, atirar para cima de um concelho a Emergência Climática, parece-me um exagero de linguagem que não é oportuno e que não credibilizaria esta Assembleia, por um lado. E, por outro lado, qual é a base legal que teríamos para pôr em execução esse alarme*”;
- Atendeu ao pedido para convocar a Comissão de Protecção do Ambiente e do Ordenamento do Território, “*dirigida pelo deputado Pinto Ângelo que tem trabalhado estas questões todas com todo o acerto a meu ver*” e dirigindo -se à Assembleia declarou “*os Senhores Deputados decidirão se se faz baixar à Comissão para que a Comissão consensualize o que for possível, mesmo até na própria redacção do texto. Ou então vota-se, imediatamente, sim ou não, a esta Moção*”;
- Advertiu o Deputado Serafim Duarte “*não se põe a debitar do meio da bancada, isto é um órgão democrático, tem ordens, tem regras, tem um Regimento e o senhor deputado tem de respeitar essas regras*”.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [\(áudio 50:41: a 52:53 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Esclareceu que a Moção dos Cidadão por Coimbra não propunha que a Assembleia declarasse “*nenhuma Emergência Climática, leiam se faz favor o que lá está, não desvirtuem a nossa proposta*”;
- Sugeriu, uma vez que a petição não estaria completa, que baixasse à Comissão “*da qual eu faço parte, e para a qual não fui contactado, e que estude essa proposta, essa petição e reflita e atendendo a que todos os partidos foram contactados e manifestaram a sua concordância que consensualizem uma proposta e que ,em conferência de líderes para aa próxima Assembleia, seja agendada a discussão desse Plano*”;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Arguiu, quanto à questão da *Emergência Climática*: “*António Guterres, pessoa muito querida por todos nós (...) apelou justamente, foi ele próprio, em nome das Nações Unidas quem fez essa Declaração. (...) Há centenas de cidades no mundo e em Portugal também, que já declararam a Emergência Climática, mas eu nem me pronuncio sobre isso (...)*”;
- Apelou “*não desvirtuem a nossa proposta que é muito simples: reúna-se a Comissão: analise-se a proposta do movimento de cidadãos que apresentou a petição e, na próxima Assembleia, agende-se um ponto para a discussão*”.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Submeteu a votação a *Moção* apresentada pelo Cidadãos por Coimbra intitulada “*Emergência Climática no Município de Coimbra*”.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 53:57: a 56:04 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Declarou “*houve aqui um equívoco inicial, de facto a Moção chegou à nossa posse truncada e não se podia partir de uma discussão não havendo matéria para o efeito, nada é proposto*”;
- Relatou que, no dia 8 de Abril, tinha recebido a Petição e tinha remetido ao senhor Presidente da Assembleia o seguinte: “*Boa tarde! Antes de tomar qualquer iniciativa, agradeço que verifiquem junto dos promotores se o texto está completo, nada é pedido nem proposto à Assembleia Municipal de Coimbra, nem parece haver alguma conclusão ou pretensão que se possa retirar dos 5 pressupostos*”. Prosseguiu dizendo não ter obtido resposta, “*dai ter comentado a proposta de moção do CpC com base naquilo que eu sei*”;
- Informou que “*compete ao Presidente da Assembleia Municipal convocar a primeira reunião das Comissões e empossar os seus membros, ou seja, o facto de ter vindo a minha mão condicionaria*”;
- Alertou, por fim, que “*não me distrai no percurso, se for para baixar a Comissão muito bem e depois as avaliações concretas serão feitas por quem de direito*”.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 56:30: a 57:11 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Acautelou “*há aqui, no conteúdo e na substância, um exagero da linguagem, um acto de alarmismo. Penso que traiu o movimento do CpC, com a sua ânsia de populismo!*”
- Sugeriu que a proposta, ao invés de ser votada, devia ser estudada em sede de Comissão.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Anunciou que “*se estiverem de acordo eu encaminhá-la-ei para a Comissão que, no tempo oportuno, entenderá sobre a redacção, sobre a forma (...) e a Mesa agirá em consequência ou pelo menos terá uma opinião mais fundamentada*”;
- Propôs, face à inexistência de objeções, que a *Moção* baixasse à **Comissão de Protecção do Ambiente e do Ordenamento do Território**.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara

Nos termos da alínea c), do nº 2, do artº 75º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal

- Divulgou a informação prestada à Assembleia Municipal “*por economia de tempo, como conhecida*”;
- Registou as intervenções antecedentes e, dirigindo-se ao Presidente de Junta José Simão, disse “*como bem sabe, a questão da feira popular está interdita pelas autoridades de saúde e pelas razões que conhece e lhe foi comunicado pela DGS e que não corresponde aquilo que afirmou, recomendou-lhe que leia de novo*”. Acrescentou que o que a Câmara Municipal e o próprio tinham emitido no despacho que existia acolhimento para alguns equipamentos de diversão, quando cumpridas as normas e os planos de segurança sanitária. Tomou, para tanto, “*o bom exemplo*” da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais é certo que não tem muitos clientes, mas foi o melhor que se pôde dentro das regras em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- vigor, obviamente, não havendo feira popular, o financiamento que a Câmara costumava transferir para a junta de freguesia não tem lugar”;
- Referiu a Moção do CpC, afirmando “eu tenho aqui de o dizer, com todo o respeito pelo Órgão da Assembleia Municipal e os seus membros: aprove o que se aprovar, eu não proclamarei proposta ou propugnada ou intentada Declaração de Estado de Emergência Climática (...) não devemos usar mimetismo que sabemos da vida sociopolítica, em especial, a vida política que têm perversidades nas quais, qualquer que seja a motivação, mesmo à demagogia ou populismo, temos de conseguir ser imunes”;
 - Avançou “as declarações de Estado de Emergência (...), num Estado de Direito Democrático, no nosso país, nos termos da Constituição da República, atribuição específica dos Órgãos: Governo, Presidente da República e Presidente da Assembleia da República.” concluindo “não brinquemos à democraciazinha, porque este caminho é extremamente perigoso”;
 - Preveniu “contendas inúteis” e declarou “o Presidente da Câmara, o poder local democrático não tem nenhuma intervenção, e ainda bem, para tomar decisões a esse nível. mesmo no Portugal dos Pequenitos, porque a questão é suficientemente séria”;
 - Apontou o plano e a estratégia adoptados para mitigar para os efeitos negativos das alterações climática, aludindo a exemplos concretos “os autocarros eléctricos que temos ao serviço na frota dos SMTUC permitiram reduzir, nos últimos dois anos, 1075 toneladas de CO2. Isso sim é na atribuição autárquica! Isso sim é onde nós agimos para não andar a enganar o povo”;
 - Remeteu para o contexto pandémico e disse “criámos um Centro de Vacinação Covid, bem organizado graças à colaboração de médicos e enfermeiros dos centros de saúde, todos, e no meio da fila põe uma barraca a recolher assinaturas para um movimento político?” e prosseguiu “eu se fosse distraído, eu se fosse mau amigo, diria: sigam por aí! Mas permitam-me dizer: Isso não se faz! É evidente que é da liberdade e da responsabilidade de cada um “. Acrescentou que o número de reclamações recebidas, nesse âmbito, era inaceitável e tinha, inclusive, recebido apelos para que “determine a proibição (...) Não está no âmbito das funções do Presidente da Câmara. É assim que se vive a vida política e não de modo ligeirinho e, de certo modo, perigosamente, ligeirinho”;
 - Aditou alguns pontos à informação escrita, prestada à Assembleia Municipal. Primeiramente, no âmbito do melhoramento da habitação dos cidadãos e, também, por motivos sanitários, a assinatura do acordo de colaboração com o Governo para financiamento na “intervenção de emergência”, aproveitando a disponibilidade do Plano de Recuperação e Resiliência para a construção ou reabilitação de habitações, no valor de cerca de 60 milhões de euros, aplicados até 2026. Relevou, ainda, que se ia iniciar a operação do Cadastro Rústico Total no Município de Coimbra;
 - Reconheceu que sentia orgulho de terem “concluído 100% das intervenções de requalificação das escolas, removendo os telhados de fibrocimento, uma boa parte deles com Amianto, de todas as escolas públicas do nosso Concelho. Muitos reclamaram ao longo de décadas e décadas para que se conseguisse, foi conseguido no nosso Concelho. Nós cumprimos”;
 - Efectivou que a habitação “consideramo-la o 1º Direito “e informou que ia constituir um passo importante para a melhoria de vida no concelho, atendendo à eficiência energética, saúde, à qualidade da habitação. Inclusive, já tinha começado a requalificação e intervenção em vários bairros municipais com investimentos no terreno de 11 milhões de euros. Acrescentou “quero informar a Assembleia Municipal que o trabalho continua!”;
 - Ultimou dizendo “ouvem-se dizer coisas, alegadamente, exactas, fundamentadas, mas são absolutos disparates. Fake news dir-se-á agora, informações infundadas. Quem quiser falar de verdade não traga para aqui o tremendismo demográfico. Não traga porque não tem razão. O senhor deputado referiu-se aqui como se fosse de verdade, absoluto erro.” Antecipou que, por cortesia, não faria corresponder aos mandatos dos Presidentes da Câmara o crescimento ou decréscimo demográfico e reforçou “o que tem sido dito é errado e não adere à realidade (...) quanto à demografia (...) essa missão humana de progredirmos. Mas faz-se de forma amável, é assim que se criam os filhos, de forma tranquila e com verdade, pela verdade. Não com aldrabice de subverter os números, enganadoramente, a considerar que os demais são ignorantes. O povo não é ignorante e o tremendismo demográfico que atribuem a Coimbra é errado e não ajuda em nada na criação de soluções”;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

→ Recorreu a palavras de outrem dizendo “*para fazer política e necessário honorabilidade, é necessária verdade, é necessária energia*” e concluiu “*as eleições dirão de sua justiça, é por essas que aguardamos no dia 26 de Setembro de 2021*”.

• Grupos Políticos

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 10:59 a 17:59 minutos 3ª gravação\)](#)

- Aludiu à aprovação, em sessão da Assembleia, por unanimidade, do *Pacto de Cidade*, cujo consenso político em torno da candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027 tinha sido manifesto. Seguiu questionando “*a pergunta que consideramos essencial: O que ficará de novo, que hoje não existe e faz falta, em Coimbra, depois da Capital Europeia da Cultura, caso a sua candidatura seja vencedora?*”;
- Apelou à valorização da atividade cultural no Concelho, amadora, institucional e associativa, e profissional, desde logo, no período de preparação da candidatura e independentemente de Coimbra vir a ser selecionada. Sugeriu “*consolidar o que existe e precisa de atenção, apoiar o que quer existir e precisa de espaço, sejam estruturas profissionais, sejam estruturas amadoras, sejam lugares de circulação de artistas e formas de arte*” no repto de uma estratégia e de uma política cultural definidas pelo Município;
- Apelou ao reconhecimento dos ativistas e dos trabalhadores da Cultura; dos agentes culturais; ao apoio à dinamização cultural do movimento associativo; à valorização do estatuto profissional dos trabalhadores da área cultural e das suas estruturas, investindo nos ambientes de formação;
- Alinhou o discurso com a CDU, vislumbrando na candidatura de Coimbra a “*Capital Europeia da Cultura*” uma oportunidade para “*corrigir e reverter anos de carências na política cultural*” através da auscultação e gestão democrática que envolvesse os agentes culturais e valorizasse a sua atividade. Lembrou que a CDU tinha pelejado pela criação de um *Conselho Municipal Cultura* e prezava que servisse como espaço de debate e participação na definição das políticas culturais;
- Expressou a necessidade de criação de “*Centro Municipal de Recursos*” para apoio à atividade artística e cultural, com equipamento de luz, som, palco, panos de cena, figurinos, ciclorama, entre outros equipamentos de uso pontual. Assinalou a falta da instalação de uma “*Casa Municipal das Coletividades*”, que alojando o referido Centro de Recursos Municipal, seria um centro de apoio às coletividades, com salas de ensaio, de oficina ou de ateliers, com acesso e partilha de serviços administrativos e serviços técnicos. Apontou, também, a necessidade de uma casa com espólio do “*Fado*” ou “*Canção de Coimbra*”, lugar de apresentação musical e poética, como centro de conhecimento. Destacou, na mesma senda, o acolhimento de coleções da cidade, como a “*Colecção Louzã Henriques*” cujos locais condignos deveriam ser providenciados para todos disporem daquilo que foi colecionado por concidadãos;
- Advertiu “*cultura não pode ser um produto confinado à dimensão do entretenimento e da ocupação dos tempos livres, (...) cultura é exercício civilizacional e é trabalho - e como tal deverá ser tratado.*”. Prosseguiu, destacando como indispensáveis os profissionais da cultura com atividade na cidade nos “*quais reside a primeira grande riqueza desta candidatura*” e reforçou, mais uma vez, o imprescindível apoio às associações e estruturas, garantindo a criação e manutenção de equipas técnicas, designadamente, com a contratação de técnicos de luz, som e outros;
- Mencionou, ainda, a criação de “*pontes entre as Escolas Artísticas e as estruturas que possam vir a ser local de trabalho.*” e a inerente criação de condições de estabilidade laboral, bem como programas de aquisição de competências;
- Informou que a candidatura de Coimbra a “*Capital Europeia da Cultura 2027*” se tratava de uma operação vinculada, nos planos político e financeiro, a órgãos democraticamente eleitos e conseqüentemente “*a Capital da Cultura é uma estação da Humanidade que merece cuidado, estudo e, sobretudo, vida, integrada na dimensão pública da cidade. Capital da Cultura é também os locais da sua vivenciação. Uns já existentes, outros a precisar de edificação e/ou conversão. A Capital da Cultura precisa de uma Baixa e uma Alta em que habite e trabalhe gente. Precisa de tantas centralidades quantas as freguesias do nosso território (...)*”;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

→ Associou-se, por fim, às palavras do Presidente da Assembleia Municipal na nota dirigida a Francisco Andrade, Presidente da Junta de Freguesia de S. António dos Olivais “*que muito valorizamos e que muito estimamos, como pessoa e como autarca*”.

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 18:30 a 21:38 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Propôs-se, apenas, a fazer três perguntas ao Presidente da Câmara, avançando, de imediato, que a primeira pergunta se detinha com a “*Medalha da Cidade atribuída à APPACDM no dia 27 de Dezembro de 2019 nesta Assembleia*”. Acrescentou que a APPACDM “*é uma das mais antigas e meritórias instituições da nossa cidade e que nos orgulha*”. Destacou o trabalho de referência “*no cuidado e inclusão das pessoas diferentes*”, nos últimos 50 anos, confluindo na questão “*porquê?*” ainda não ter sido entregue ou sequer instrução do processo da recomendação;
- Prosseguiu com a segunda questão, que se prendia com energia fotovoltaica. Levantada, anteriormente, em Cernache, actualmente, levantava-se em São João do Campo onde estava em curso um processo de aquisição de terrenos para a instalação de um empreendimento fotovoltaico de grande dimensão. Assentindo os investimentos de combate à descarbonização não aceitava, no entanto, “*que os ganhos globais para o planeta se façam à custa de perdas para as populações locais e, sobretudo, que estes projetos de grande impacto se custurem no avesso das comunidades*”. Denunciou, neste sentido, a falta de informação pública às pessoas, da participação do poder local de estratégia política. Referiu que em Cernache tinham conseguido sessões de esclarecimento à população por parte da empresa. Desembocou, então na pergunta “*Em relação a S. João do Campo gostaríamos de saber o que é sabe, de facto, sobre estes empreendimentos e como é que os concebe, o nosso Executivo, no âmbito do seu Plano de Combate às Alterações Climáticas?*”;
- Anunciou a terceira questão, como “*não podia deixar de ser, a Rede de Alta Velocidade de que muito se vem falando*”. Informou que o Governo tinha retomado a ferrovia como importante prioridade nacional, nomeadamente, com a decisão de avançar com a Rede de Alta Velocidade e ultimou interpelando “*Coimbra, evidentemente, não pode ficar à margem. O Senhor Presidente já aqui afirmou, nesta Assembleia, (...), que tal nunca viria a acontecer. Bom, o que nós gostaríamos de saber é, de facto, o que é que sabe, o que é que está a ser pensado para uma boa inserção do trajecto no nosso território, para a proximidade que esta estação deve ter à malha urbana e para a compatibilidade da Rede de Alta Velocidade com a Estação ferroviária que está em vias de remodelação, assim como a Rede do MetroBus, evidentemente*”;
- Apelou ao esclarecimento, por parte do Presidente da Câmara, das três questões enunciadas.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 22:36: a 26:10 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Aludiu a gestão e tratamento de resíduos urbanos como “*problemas sérios, que urge atalhar e resolver*”. Remeteu para os dados disponibilizados no Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP) de 2019, publicados em 2020 e inferiu “*Coimbra está abaixo da média nacional em vários dos indicadores fornecidos*”. Observou que quanto à proximidade dos equipamentos de depósito de resíduos urbanos aos alojamentos, na acessibilidade física ao serviço, “*Coimbra está abaixo da média nacional e com qualidade de serviço mediana*”. No concernente à acessibilidade do serviço de recolha seletiva, no que respeita à proximidade dos ecopontos “*Coimbra está abaixo da média e com qualidade de serviço insatisfatória*”. Relativamente à lavagem de contentores, no quadro em que se avalia a prática de lavagem de contentores para que a sua utilização se faça em condições de salubridade e onde o indicador correspondia à frequência de lavagem: *em alta, a média Nacional é de 0,3 e a ERSUC tem 0,2, ou seja, Qualidade de Serviço insatisfatória. Em baixa, os que estão próximos das residências, a média Nacional é de 4,6 e Coimbra tem 2, qualidade de Serviço muito insatisfatória*”;
- Registou que, relativamente à renovação e conservação do parque de viaturas, “*Coimbra destaca-se como um dos piores na sua área*”, bem como na rentabilização do parque de viaturas cujo indicador era referente à optimização da sua utilização através da optimização dos circuitos de recolha em que Coimbra, “*também aqui com qualidade de serviço abaixo da média nacional*”;
- Concluiu, assim, que não existia lavagem sistemática e continuada dos contentores. O que se constata diariamente, particularmente, nos dias de Verão “*quando os cheiros nauseabundos se agravam*”. Assinalou a falta de contentores e ecopontos, denunciando que, amiúde, os ecopontos estão distantes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

dos contentores e do acesso às pessoas. *“não se promovendo assim, naturalmente, a sua maior utilização”*;

- Enunciou como *“mais grave, relevante e que exige medidas concretas e rápidas”*, a inexistência, até à data da publicação do Relatório, Certificados de Sistema de Gestão Ambiental, de Gestão de Qualidade e de Gestão de Segurança e Saúde. Na senda, questionou *“Será que a sua não implementação tem a ver com a necessária e subsequente auditoria do sistema a qual se queira evitar? Não me parece, mas fica sempre a dúvida francamente legítima”*;
- Precipitou exigências ilação do relatório *“que se proceda, urgentemente, às certificações do sistema de gestão ambiental, de gestão de qualidade e de gestão de segurança e saúde e da qual se faça uma verificação regular. Exige-se que Coimbra e o seu Executivo Municipal tudo faça para alterar a posição secundária que detém nos parâmetros sanitários antes indicados.”*;
- Terminou afirmando *“é à sua responsabilidade, senhor Presidente e dos responsáveis pela área no Executivo, que se exige medidas rápidas, concretas e não varrer para de baixo do tapete, o que também vem a propósito”*.

Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC): [\(áudio 22:36: a 29:49 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Congratulou a extensão da via dos Autocarros até à zona Norte de Coimbra, Souselas e Botão, *“e mais, até Santa Cristina até essa gente que já pertence a outro concelho e a outro distrito querem vir votar a Botão nas próximas eleições, vejam só a ânsia que tinham pela chegada dos autocarros”*. Assumiu que estas medidas aportavam dinâmicas a Coimbra e às suas freguesias e contribuam, ainda, para o aumento da população;
- Referiu, mais uma vez, que a *“Tabela de Taxas deve baixar urgentemente”* e os processos deviam ser mais céleres na Câmara Municipal de forma a reverter o êxodo das freguesias. Sugeriu, como facilitadora, a cooperação entre a Câmara e os Presidentes de Junta *“tem que haver sintonia entre Presidentes de Câmara e Presidentes de Junta (...) para que as coisas funcionem bem e nós possamos fazer o nosso trabalho da melhor forma”*;
- Abordou o tema recorrendo a palavras anteriormente proferidas *“Movimento Independente que apareceu em 2017”* e declarou *“eu já em 2013 fui eleito independente e o único objectivo sempre foi o melhor pelas pessoas e tentar fazer o melhor pela freguesia (...) se dentro dos partidos as pessoas fossem autocriticas (...) se calhar as coisas funcionavam melhor! Vejo, aqui, discursos que são completamente contrários ao que se passa na nossa cidade e nas nossas freguesias, como é que é possível? Por isso é que têm de aparecer os movimentos independentes, se calhar os partidos um dia extinguem”*.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 30:34: a 26:10 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Saudou e felicitou Francisco Andrade pela apresentação do seu livro *“4 Gerações”*. Agradeceu a *“nobreza da atitude elevada (...) em democracia é tão nobre estar na oposição como no poder. E o Senhor Secretário, Presidente da Junta, deu, hoje, aqui, uma lição de democracia a muita gente (...) particular obrigado!”*;
- Assumiu como comumente sabido que o Metro Mondego se tratava de um projecto incontornável de modernização do sistema de transportes públicos da região de Coimbra, com ligação aos municípios da Lousã e Miranda do Corvo. Acrescentou que o Sistema Metro Mondego reestruturava os serviços rodoviários urbanos na cidade, prevendo-se, dessa forma, uma poupança nos custos operacionais de mais de 2 milhões de euros anuais. Destacou os benefícios com a redução da poluição atmosférica e com a significativa redução da sinistralidade rodoviária. Concluiu *“o Sistema Metro Mondego revela-se de significativa importância para o bem-estar da população de Coimbra!”*;
- Apontou como *“grave e irreparável prejuízo para a cidade”* o atraso na fruição de melhor ambiente, transporte, economia, qualidade de vida e de melhor saúde, na sequência do Sistema de Metro Mondego;
- Afirmou, neste âmbito, que *“de boa-fé ninguém pode ignorar que a empreitada do SMM no troço Coimbra A - Coimbra B tem acoplada a construção da nova estação ferroviária de Coimbra-B”*. Citou o último Presidente de Câmara de maioria do PSD em 11 de Julho de 2005 *“Quem quiser impedir o eléctrico rápido de Coimbra tem um caminho muito simples: colocar-nos a discutir tudo de novo”* e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

comentou *“vem isto a propósito do Somos Coimbra (...) pela voz da sua Vereadora Ana Bastos, na reunião de Câmara de 14 de Junho de 2021, ter procurado impedir aquela empreitada do Sistema Metro Mondego ao pôr em causa a construção da nova estação ferroviária de Coimbra B, como se isso, necessariamente, tivesse de excluir ou contendesse com a estação de TGV”*. Recomendou à Vereadora e ao “Somos Coimbra” que *“em vez de procurar colocar-nos a discutir tudo de novo (...) procurando impedir a implementação (...) do Sistema Metro Mondego pela população de Coimbra, se aconselhe sobre essa matéria, junto do Professor João Pedro Trovão, investigador premiado pelo Governo do Canadá”*;

- Antecipou que o Partido Socialista *“não vai deixar que o Somos, com o PSD e mais uns tantos juntos, ou seja, tudo junto, sem um qualquer programa sério e credível, impeçam (...) o Sistema Metro Mondego proporciona à cidade e aos conimbricenses”*. Prosseguiu argumentando *“o Somos Coimbra que se desuniu, dele se afastando (...) aqui, a líder da sua bancada, a Dr^a Filomena Girão. O Somos Coimbra que desuniu o PSD e daqui afastou o seu líder, Dr. Nuno Freitas. Não pode agora. Não tem autoridade política, nem partidária para unir seja o que for e muito menos desenvolver. O que se pede, no mínimo, é que não se procure prejudicar Coimbra”*;
- Observou a bancada da Direita, relatando *“vejo, ali, só, Lúcia do CDS”*, dirigiu-lhe breves questões *“como pode, Lúcia, desenvolver Coimbra com as interrogações que põe sobre o Quebra-Costas? (...) como não querer que a Câmara adquirisse um prédio na Rua Ferreira Borges cheio de alumínio anodizados (...)?”*. Seguiu a observação e dirigindo-se ao Deputado Nunes da Silva afirmou *“Ouvi-o. E gostei de ouvir a única verdade que aqui disse. (...) É verdade, o que está por fazer vem já de há 8 anos. Estava ainda, como sabe, no CDS, talvez por isso se mudasse para o Somos e se calhar, por outras razões que não estas, acoplava-se neste Movimento, afastando-se do Somos, criando uma coisa qualquer que anda para aí”*. No seguimento, interpelou o Deputado José Simão *“Falou de uma Câmara falida? Vou remeter esta resposta para a minha intervenção sobre as Contas. Esta Câmara sufraga a legalidade. De vários elogios que fez à acção da Câmara, esqueceu-se de enumerar um: a Calçada da Rainha Santa Isabel”*;
- Abordou, na mesma linha e a propósito de um acordo entre a parte Município de Coimbra e Águas de Coimbra e a parte Águas do Centro Litoral, o caso de *“um funcionário desta entidade, que é nem mais nem menos do que o Presidente da Comissão Política Distrital de Coimbra do PSD. Permitiu-se escrever e publicar sobre tal acordo um iníquo artigo de opinião a que deu o título “Há quem goste de enganar a si próprio” e criticou “Demagogia! Teria sido mais autêntico e verdadeiro se aquele líder do PSD tivesse escrito: “Gosto de enganar e prejudicar Coimbra”*. Aludiu, como sendo do conhecimento do Presidente da Comissão Distrital de Coimbra do PSD, à razão pela qual a Câmara Municipal/Águas de Coimbra não tinha cumprido com o pagamento às Águas do Centro Litoral desde Janeiro de 2016, nomeadamente, as facturas dos serviços de tratamento de efluentes: *“Porque (...) a empresa onde trabalha não prestou esse serviço bem!”*. Prosseguiu explicando *“Certo é que a Câmara Municipal/Águas de Coimbra não pagou, mas depositaram na Caixa Geral de Depósitos as quantias que entenderam que eram efectivamente devidas.”* Informou que as Águas do Centro Litoral se tinham obrigado a construir, até 31 de Dezembro de 2008, um conjunto de obras que, neste momento, ainda estavam em falta, concretizando: a Conduta Adutora entre o denominado Nó da Arregaça e o Açude-Ponte; o Reservatório de Vale de Cântaros; o Emissário e Conduta Elevatória entre a Praça 25 de Abril e o Açude-Ponte e Estação Elevatória de Águas Residuais do Parque; o sistema elevatório das Carvalhosas. Denunciou, ainda, que a Águas do Centro Litoral não tinha instalado caudalímetros nos pontos de entrega dos efluentes do sistema municipal, sabendo que aos colectores do Município e das Águas do Centro de Portugal acediam infiltrações indevidas de águas pluviais e freáticas que não são efluentes domésticos a tratar, pelo que não podiam ser assim facturadas. Rematou *“A Águas de Coimbra e os conimbricenses não podem, não têm que pagar o tratamento de águas pluviais e freáticas como de efluentes domésticos fossem”*;
- Dirigiu-se, apesar de ausente, a Vereador Paulo Leitão, Presidente da Distrital do PSD, afirmando *“(…) roubar obras devidas a Coimbra, em falta, desde 31 de Dezembro de 2008, pela sua entidade patronal, ou exigir montantes de facturas de tratamento de águas pluviais ou freáticas como efluentes domésticos fossem, é que não lembra ao diabo”*. Acrescentou que, com o referido acordo, se aquelas obras não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

fossem construídas nos prazos calendarizados, a Águas do Centro de Portugal teria de pagar à Câmara Municipal e às Águas de Coimbra, a título indemnizatório, a quantia de 125.000,00€ por cada ano de atraso;

- Saudou, em nome do Partido Socialista, a Câmara Municipal, as Águas de Coimbra e a Águas Litoral Centro, pelo acordo alcançado, com a obrigação da Águas do Centro Litoral a construir o que estava em falta, e ao mesmo tempo “os conimbricenses continuam a pagar menos do que a lei estabelece”;
- Dedicou uma saudação “muito especial de regozijo e felicitação ao Grupo Recreativo “Vigor da Mocidade” pela subida aos campeonatos nacionais”, explicando “doravante o concelho tem duas equipas nas provas nacionais, a Académica OAF nos campeonatos profissionais e, nos campeonatos de Portugal, o Vigor da Mocidade”.

Intervenção do Presidente da Câmara:

- Anunciou que a seguir à presente Sessão estava, também, agendada a Reunião Extraordinária da Câmara Municipal com o propósito de deliberar assuntos reminiscentes, como a atribuição da “medalha de ouro ou da cidade” à APPACDM a ser executada no dia 4 de Julho, além de outras entidades cujo objecto de deliberação não cabia no âmbito material da Assembleia Municipal;
- Confirmou a situação referida pela Deputada Graça Simões quanto às centrais fotovoltaicas de Cernache. Quanto a S. João do Campo, no entanto, referiu “que se saiba não entrou na Câmara Municipal qualquer requerimento ou projecto nesse sentido, se entrar será analisado tal como os demais, com cuidado “. Esclareceu, a este título, que a legislação aplicável se encontrava em fase de alterações significativas com indícios de projectos de diploma legal, no sentido da regularização do sector, pelo que a análise se cingiria à nova legislação;
- Admitiu que o processo do TGV tinha estagnado, tendo sido o projecto retomado nas últimas duas semanas, no âmbito da tentativa de recolha de financiamento junto do designado Plano de Recuperação e Resiliência. Explicou que como o TGV iria afectar vários concelhos “imaginava que houvesse, pelo menos, anteprojecto da operação, de lado a lado, em todo o território nacional. Ficámos a saber que, afinal nem projecto há, há uns estudos, uns esquiços, não há plantas.” Relevou, na apresentação da *Infraestruturas de Portugal*, o avançamento do projecto que para ser abrangido pelo financiamento por parte do PRR, terá de ser desencadeado antes de 2028. Previu, no entanto, a existência de questões ainda por resolver. Nomeadamente, a reabilitação da linha ferroviária da Beira Alta e uma linha a norte da Mealhada “que nos preocupa, embora seja uma linha de TGV para nenhures, digo eu que conheço mais ou menos bem a geografia do Vale do Vouga”. Informou que o troço indicado como prioritário nas memórias descritivas internas da *Infraestrutura de Portugal* não contemplava, ainda, o projecto, pelo que seria para avançar entre Porto e Soure ou Alfarelos. Acautelou que a designada Estação Velha não seria afectada, porque a linha de Alta Velocidade ia passar a uma distância aproximada daquela entre os Campos do Bolão e a Cidreira, ressaltando “aparentemente, mas eu não sou técnico e falar assim com base numa planta de Power Point, obviamente, que não é suficientemente aceitável ou credível. A largura de um traço a lápis, sem escala, pode ser enganadora. Por isso, acompanhamos o processo desde que foi reactivado e vamos continuar a acompanhar porque a Alta Velocidade é importante!”. Avançou, ainda, que o serviço de Alta Velocidade em Coimbra entraria na linha norte da Estação Velha, com a implantação de um corredor, cuja hipótese de túnel tinha sido proposta a discussão pública, já na altura, antes mesmo do estudo prévio. Contudo, os desenvolvimentos do estudo tornaram-se, entretanto, cessantes;
- Declarou “relativamente à questão de tratamento do lixo, é uma questão grave!”. Comunicou que tinha havido, na manhã do corrente dia, sessão de Assembleia Geral da ERSUC, empresa constituída por municípios, e Empresa Geral de Fomento, entretanto privatizada e cuja maioria de capital era detida por quem a tinha adquirido. Avançou que “a Assembleia Geral não correu bem, isto é (...) o Vereador Carlos Cidade esteve na Assembleia Geral, por meu mandato, e encarregou-se de apresentar um conjunto de aspectos que têm de ser resolvidos, mesmo!” Reforçou “Têm de ser resolvidos! A resposta da ERSUC, da prestadora de serviços, conhecida e gestora do aterro sanitário de Vil de Matos, não está a prestar o serviço condignamente. Iremos, eventualmente, para um caminho, se for caso disso, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

litigância. Porque (...) pela solicitação, está visto que a ERSUC não está para aí virada e quer apenas recolher os dividendos e nada mais. Infelizmente é isto que eu posso dizer neste instante porque era autarca na nossa cidade quando constituímos a ERSUC, Municípios e Estado Central, representado pela Empresa Geral de Fomento, que infelizmente, entretanto, foi privatizada e aí está mais um dos resultados das privatizações precipitadas e irresponsáveis”;

- Ultimou com “*um mimetismo preocupante*” no âmbito da instalação de fibra óptica, enfatizando “*a desbunda, aceitem que utilize esta expressão, no espalhar de fibra óptica por tudo quanto é sítio, no miolo da cidade, na periferia do nosso concelho, em todo o lado, de forma absolutamente inaceitável!*”. Adiantou que as queixas apresentadas à Entidade Reguladora não vinham a sortir efeito, descrevendo que “*há aí postes de madeira já de há muitos anos que têm cargas tais de fio, alegadamente, de fibra óptica que correm o risco de partir. O problema agrava-se, é que se eles partirem e caírem sobre a via pública e magoar alguém a responsabilidade civil é directamente imputada, primeiro, antes de mais, ao Presidente de Câmara*”. Persistiu “*temos de continuar a insistir, formalmente, legalmente, é a Entidade Reguladora que tem de intervir. A obrigação nestas concessões, neste caso a Fibra Optica, é a partilha de infraestruturas. Essa é uma das obrigações, como nós observamos, isso não existe (...) acontecem situações absolutamente lastimáveis como o prédio, no Centro Histórico, que acaba de ser restaurado e, no dia seguinte, aparece alguém com uma parafusadora e pendura uma cabulagem (...)*” e esta é matéria que vem preocupando vários. Inclusive, na Associação Nacional de Municípios Portugueses apresentámos queixas à Entidade Reguladora por incumprimento das obrigações da concessão de serviço público”.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

- Sugeriu, formalmente, a discussão conjunta do *Ponto 2*, do *Ponto 2.1* para tomada de conhecimento e do *Ponto 3*, isolando, invariavelmente, as votações.
2. **Prestação de Contas do Município de Coimbra referente ao exercício de 2020**, nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
 - **Inventário Municipal 2020;**
 - **Aplicação de resultados;**
 - 2.1. **Certificação Legal de Contas de 2020 e Parecer do Auditor Externo**, nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *conhecimento*;
 3. **Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do exercício de 2020**, nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - *votação*;
 - **Aplicação de Resultados;**

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [\(áudio 55:21: da 3ª gravação a 02:02 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Confirmou a linha de continuidade do Relatório de Prestação de Contas de 2020 que “*reflete de forma sistemática o desfasamento entre o que é orçamentado nas GOP e o que é de facto realizado. O orçamento de 101, 8 milhões de euros apresentado nas GOP, encolheu para 89.3 milhões, para ter cabimentados 77,7 milhões e acabar com uma execução de 55,6, é assim uma escadinha sempre a descer*”. Denunciou que “*a prática é sempre a mesma, inflacionam-se as receitas, anunciam-se projetos, prometem-se obras, criam-se expectativas, que acabam frustradas. Rompem-se compromissos, e isso, não podemos aceitar*”;
- Remeteu para o compromisso assumido pelo executivo de, até ao final do seu mandato, aumentar até 10% as transferências, no âmbito da descentralização e apoio às freguesias, convergindo na questão “*Chegados ao final do mandato o que temos?*” Resenhou, em resposta à sua interrogação” dos 7,3 milhões inscritos nas GOP foram cabimentados 6,6 milhões e realizados 3,3 o que representa apenas 4,3% do orçamento, muito longe dos prometidos 10%”;
- Aludiu a questões centrais da política autárquica para o CpC, entre as demais, o direito a uma habitação condigna; uma política ativa e integradora de habitação social; a intervenção reguladora do município no mercado de arrendamento; a necessidade de reabilitação urbana. Interpelando” *O que nos apresenta este relatório de contas?*”, replicou de imediato que para o programa de Reabilitação Urbana, dos 10,9



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

milhões inscritos nas GOP, tinham sido cabimentados 4,5 milhões de euros e a taxa de execução mão tinha ultrapassado os 1,7 milhões de euros (32%). Relativamente à Promoção da Habitação, Reconstrução e Renovação Urbana, dos 11,5 milhões de euros inscritos nas GOP tinham sido cabimentados apenas 3,1 milhões e desses, defendeu que apenas 1,7 milhões de euros tinham sido, de facto, realizados;

- Mencionou o contexto pandémico para justificar e legitimar *“um redobrado empenho na Ação Social e apoio às famílias, para acorrer às situações de maior carência.”* Constatou que de 965 mil euros inscritos nas GOP, pouco mais de metade tinham sido executados” o que no mínimo, nos deixa apreensivos.” Acrescentou *“o que dizer da completa ausência de estratégia municipal para o apoio às pessoas em situação de sem-abrigo, para quem apenas resta uma mera acção caritativa? Dos magros 12 mil euros inscritos nas GOP e dos 2 mil euros cabimentados, nem um cêntimo, nem um cêntimo, foi aplicado, o que reflecte bem o desprezo a que se encontram votados estes desprotegidos cidadãos e cidadãs”;*
- Prosseguiu no âmbito da cultura, evocando, também, a situação pandémica” *esperava-se bastante mais, por parte da ação do executivo municipal, no sentido de minimizar os efeitos sociais e manter condições para a manutenção da produção e oferta cultural. Apenas foram realizados 2,8 milhões de euros (64%) dos 4,3 milhões definidos em sede de GOP”;*
- Exortou o papel preempatório dos municípios no combate às alterações climáticas, acusando o plano de arborização que os Cidadãos por Coimbra tinham instado, veementemente, *“plantação de 1044 árvores em contexto urbano o que, no mínimo, é manifestamente insuficiente e não configura qualquer plano de arborização digno desse nome”;*
- Observou, quanto à Prestação de Contas dos SMTUC 2020, que a crise pandémica tinha agravado significativamente indicadores económicos e financeiros *“que já não eram bons”*. Relatou que *“com a enorme quebra de passageiros transportados e a diminuição de receitas dos parómetros e estacionamento, a receita diminuiu drasticamente, como todos sabemos 3,4 milhões de euros, obrigando a um aumento significativo dos subsídios à exploração, por parte do município, que ascenderam a 9,3 milhões, dos quais 2,6, diga-se em abono da verdade, são verbas provenientes do programa de apoio à redução tarifária”*. Apelou, atendendo à gravidade da situação do SMTUC e como vinham a defender, a uma acção enérgica, concertada e consensualizada, em torno de um plano de intervenção integrado e articulado, nomeadamente, com a rede do Metro Mondego. Que prevenisse novas linhas, extensíveis às freguesias da margem direita do Mondego que não se encontravam abrangidas como, a título de exemplo, S. João do Campo, S. Silvestre, Lamarosa e S. Martinho de Árvore. Sugeriu, ainda, neste contexto que, em diálogo com as populações, se reformulassem horários e cadências de transporte, desincentivando o uso do automóvel, dificultando o estacionamento no centro da cidade e criando incentivos ao uso do transporte público;
- Considerou a recuperação do sistema Ecovia positiva, advertindo, *“contudo, que ele só pode ter sucesso se integrado num plano de mobilidade e transportes mais vasto e coerente, articulado com a construção de parques de estacionamento periféricos, e não já no miolo urbano, de modo a dissuadir as pessoas automobilizadas a trazerem os seus carros para a cidade, onde já não têm qualquer incentivo ao estacionamento nos atuais parques Ecovia.”* Registou, positivamente, o esforço de modernização da frota com a aquisição de autocarros eléctricos, importante contributo para a redução de consumos energéticos e de emissões de CO₂, *“peça fundamental na mobilidade urbana mais amiga do ambiente e sustentável (...)”;*
- Declarou, por fim, que, em consequência, o voto do CpC seria de abstenção relativamente à prestação de contas dos SMTUC e contra, quanto à prestação de contas do município.

Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (PSD): [\(áudio 03:16: a 17:00 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Assinalou *“falta de visão estratégica e o marasmo”* instalado na Câmara Municipal de Coimbra, pelo Partido Socialista e Presidente Manuel Machado, ao longo dos últimos 7 anos como *“uma lição perniciosa e de atraso para Coimbra”*. Referiu *“amarras subjacentes à gestão do século passado, mostram os critérios centralizadores de controlo de todos os serviços e do eleitorado, com promessas*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

megalómanas, como exemplo o aeroporto internacional de Coimbra, pelo Senhor Presidente da Câmara, que tudo decide e contrata, o mais possível por ajuste directo”;

- *Deteve-se com o Relatório de Gestão, particularmente, na Execução Orçamental de 2020” que partindo de valores estratosféricos de 151 mil milhões de euros, no orçamento base ou original, volta a centrar-se fundamentalmente na gestão corrente que qualquer Presidente de qualquer município faz sem dificuldade nenhuma que é pagar ao pessoal, aquisição de serviços, transferências, subsídios, etc.” Observou que as Despesas não tinham ultrapassado os 71 milhões de euros, representando 74% no peso na Despesa Total de 92 milhões executada, para uma previsão de 151 milhões de euros. Por sua vez, as Despesas de Capital de Investimentos atingiam os 25 milhões, “finalmente tivemos, efectivamente, investimentos significativos!” advertindo, ainda assim para o peso de 17% nas Despesa Total, com a previsão de 61 milhões no orçamento original “Concluiu afirmando” quer dizer que foi praticamente 1/3 do orçamento. Mais uma vez ficou aquém da previsão“;*
- *Apontou como” lamentável que em 7 anos de mandato, em termos médios, o investimento tenha sofrido uma perda de 20 milhões anuais, que não foram executados e que faziam parte do Orçamento”. Evocou a necessidade de mais investimento em infraestruturas e apoio às freguesias., assumindo que “os níveis verificados estão a contribuir para o subdesenvolvimento e a estagnação de cidade e do concelho”;*
- *Verificou que o Relatório indicava que o Município de Coimbra tinha acumulado meios financeiros consideráveis e disponíveis de 22 milhões de euros, que transitavam para 2021 e comentou “castigando os Municípios com cobrança de mais impostos e, mesmo assim, não têm o rasgo nem a visão, para alocar estes meios financeiros, tão abundantes e avultados, ao serviço de Coimbra e dos seus cidadãos;*
- *Exaltou a oportunidade, nas próximas eleições Autárquicas, de os Conimbricenses colocarem na presidência da Câmara e no Executivo, uma equipa inovadora para impulsionar Coimbra em projetos “virados ao futuro” e investimentos nas seguintes áreas: reabilitação do Centro Histórico e revitalização do comércio tradicional; requalificação das infraestruturas culturais e desportivas; dinamização e atracção de investidores para os Parques Industriais e para outros espaços, sobretudo em áreas de relevo para Coimbra: Saúde, Educação e Tecnologias; apoios a famílias que passam por maiores dificuldades e a IPSS; Juntas de Freguesia, com reforço dos apoios de funcionamento e na execução das transferências dos valores relacionados com os contratos Interadministrativos, salientado a este título” faltas e atrasos de projetos e de pagamento de vários anos. Que tem tido consequências de restrições e dificuldades na melhoria de condições de vida das populações, em especial nas áreas suburbanas e rurais; Elencou, ainda, obras estruturantes para o futuro de Coimbra e da sua Região, áreas classificadas como Património da Humanidade “para mim é um erro tremendo e não sei se não levará a consequências aquilo que foi feito nas escadas do Quebra Costas e Largo da Sé Velha”, bem como o Metro Mondego e o Velho Apeadeiro;*
- *Denunciou a “inércia do Senhor Presidente da Câmara e dos seus Vereadores executivos, que se vão entretendo com arranjos da. passeios e rotundas,” manifesta na média dos últimos 7 anos, nos 63 milhões de euros na Despesa Corrente orçamentada e o Investimento nos 18,6 milhões de euros, 44 a 48% da execução média. Aludiu, nessa perspectiva a “prejuízos enormes para a população, que não usufruiu o suficiente para compensar os impostos e taxas que pagou ao Município”;*
- *Reiterou o cumulativo de 22 milhões de euros do Orçamento de 2021 que perfaziam, assim, um valor de mais de 170 milhões de euros, criticando” esta estratégia tem objetivos futuros: Eleitorais, com festas, fanfarras; inaugurações de fontes e fontanários e mais cortejos! Objetivo, que denota uma inépcia assustadora para a visão que vinha das Presidências do Dr. Carlos Encarnação e do Dr. João Paulo Barbosa de Melo, que tinham uma visão numa Coimbra contemporânea e inovadora, que atraia os jovens e os menos jovens”;*
- *Solicitou, no âmbito da Análise Patrimonial, esclarecimentos sobre algumas rúbricas do Relatório dos Auditores e relativamente às suas Bases para a Opinião com Reservas, nomeadamente:” É referido um conjunto de Activos Fixos Tangíveis como Investimento em curso, no valor de 38,2 milhões de euros que indiciam estarem disponíveis para uso, dos quais 30,4 milhões deveriam estar sujeitos a depreciações e tendo em conta a consideração do Auditor, tem consequências nas depreciações acumuladas, nas do exercício e os outros rendimentos que se encontram subavaliados; Concluiu :“Quer isto dizer que o documento não obedece a regras de boa gestão e bom registo contabilístico. Por que*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

razão é que havendo 38 milhões em obras, disponíveis para uso, não foram inauguradas em 2020? Motivos eleitorais para serem inauguradas em 2021”;

- Avançou que se mantendo em curso, nos últimos anos, o processo de inventariação dos bens imóveis, as Demonstrações Financeiras, não contemplavam a globalidade deste grupo de Ativos, o que, por sua vez, impossibilitava o Auditor de formar opinião acerca do impacto financeiro que a inventariação plena teria nestas demonstrações, nomeadamente, nas rubricas do Activo Fixo Intangível, Resultados e Património Líquido;
- Divulgou uma questão técnica que se prendia com a introdução do Sistema Nacional Contabilidade - Administrações Públicas em correspondência ao POCAL, executado anteriormente, pelo que não existia informação comparativa. Lembrou que apesar de ser *“uma questão técnica mereceu a ênfase do auditor que, ainda assim, não muda a opinião nesta matéria”*;
- Enumerou, extensivamente, operadores públicos e privados de transportes existentes no concelho para elucidar quanto à lógica de um serviço retirar potenciais clientes ao outro. E comentou *“se os públicos retiram passageiros aos privados distorcemos a concorrência, uma vez que são subsidiados pela Autarquia e pelo Estado!”*. Prosseguiu interpellando e respondendo consecutivamente *“é conhecido algum estudo na Câmara Municipal, sobre os efeitos e suas consequências na evolução dos serviços prestados pelos SMTUC? Não sabemos! E sabe a Câmara Municipal e os SMTUC, quantos passageiros são transportados por todos os operadores? E qual a sua quota de mercado? Não sabemos!”*;
- Afirmou para terminar *“o que sabemos é que” em 2020, o transporte de passageiros nos SMTUC, decresceu 40%, para cerca de 8 milhões, contra 13,2 milhões em 2019. Devo dizer que estes dados são estimados porque não estão disponíveis no relatório*. As Receitas decresceram 41%, para cerca de 4,5 milhões, contra 7,4, em 2019 e a injeção de capital da Câmara Municipal e dos cidadãos de Coimbra cresceu 33%, para os 9,3 milhões de euros, contra os 7,0 e 2019, em subsídios e outras transferências. Reflectiu, por fim, *“eu parece-me que isto é um assunto que deve continuar a fazer pensar quer o Executivo quer a Assembleia, porque efectivamente o problema dos transportes em Coimbra não é nada fácil de resolver”*.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 17:43 a 26:55 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Protestou *“uma vez mais não se valoriza o papel dos deputados municipais”*, informando que os documentos, nomeadamente os relatórios de gestão, para a presente sessão, não tinham sido distribuídos por quem os tinha solicitado. Reportou, ainda, que a *“acessibilidade através do portal é diminuída porque os documentos a apreciar em cada ponto, vem amalgamados num documento único, difícil de consultar, exigindo, por vezes, mais tempo para encontrar a matéria que se busca do que apreciar o seu conteúdo”*;
- Evocou *“a tal visão de cidade que muitos reclamam, mas poucos praticam quando, para tal, têm condições”* no momento da apreciação das Contas, referindo que *“pela nossa parte fizemos o que nos competia, introduzimos mudanças que procuram melhorar as condições dos nossos concidadãos”*;
- Afirmou que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2020, ainda que *“continuadamente influenciados pelo insuficiente investimento do Orçamento do Estado (...). Insuficiência agravada com a absurda e imposta transferência de novas competências para os municípios sem que seja garantida a suficiência dos meios financeiros, humanos e técnicos que garanta a sua exequibilidade com os níveis de qualidade que merecem os nossos municípios”*;
- Constatou que as receitas locais, suportadas diretamente pelos municípios e provenientes, no essencial, dos impostos sobre a propriedade imobiliária que financiavam o município em cerca de 60%, enquanto o Orçamento de Estado suportava cerca de 30% das verbas necessárias para assegurar os serviços prestados e as responsabilidades sociais *“empurradas para o município. Atentemos que foram transferidos, em 2020, 1,3 milhões de euros para os encargos derivados das transferências de competências com a educação, cujos custos globais ao município ascenderam, em 2020, a cerca de 7, 6 milhões de euros”*;
- Evidenciou a tendência, de forma exemplar ao nível da despesa no autofinanciamento dos transportes públicos de Coimbra e nos encargos com as Escolas e acrescentou *“sem que se conheça, ainda, a totalidade dos encargos a suportar pelas competências transferidas.”*. Avançou que *“a contribuição*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

do Orçamento de Estado mantém-se pouco mais que irrelevante e ignora de forma persistente, diria insultuosa, o esforço pedido aos munícipes conimbricenses que pagam, com os seus impostos, boa parte dos custos sociais dos transportes públicos concelhios, os quais, dada a centralidade de Coimbra, têm uma função metropolitana, prestando serviço a todos os utentes, ainda que residam noutros municípios e aí paguem os seus impostos”. Saudou, a propósito, a aposta no transporte público, com o reforço de recursos humanos e de meios de transporte nos SMTUC e o alargamento das suas linhas às periferias da cidade. Rematou “a CDU estará sempre presente, como esteve para que esta fosse a opção agora concretizada e como esteve e estará, no combate às tentativas de destruição do transporte público municipal”;

- Elencou um conjunto de compromissos em matérias específicas, propostos pela CDU com aceitação pela maioria do Partido Socialista, “*que vieram alterar paradigmas há muito enquistados e cuja evolução se deve manter*”, nomeadamente, a garantia de recuperação dos atrasos nos projectos de obras das freguesias até ao fim de 2020; a participação de pelo menos 10% das freguesias no orçamento da CMC, até ao fim do ano; a alteração progressiva do modelo de fornecimento das refeições escolares nas escolas da responsabilidade do município, com confecção e fornecimento locais e respectiva supervisão municipal; recrutamento de recursos humanos adequados, na sequência do processo de reestruturação orgânica dos serviços municipais, aprovada e em implementação; a elaboração de um Plano de Mobilidade Inclusiva para todo o concelho; a não privatização dos serviços de transportes públicos, investindo na modernização e reforço da frota e na expansão do serviço público de transporte colectivo de passageiros a todo o concelho; a promoção da habitação através da requalificação dos bairros municipais e do aumento dos fogos com condições de habitabilidade; a conclusão das obras da freguesia de Cernache e U.F. Taveiro, Ameal e Arzila, e a transferência do contrato de comodato para a Junta de Freguesia de Cernache da escola desactivada de Vila Pouca; a criação do Conselho Municipal da Cultura;
- Distanciou-se de algumas opções no orçamento, admitindo “*este orçamento e a sua realização ainda não corresponde às opções que teríamos nas áreas em que não detemos responsabilidades*”. Prosseguiu afirmando que em 2020 “*a maioria do Executivo não foi capaz de gerir adequadamente os fundos à sua disposição e nas áreas sob sua responsabilidade*”;
- Declarou, por fim, que, pelos motivos expostos, o Executivo não contaria com o apoio da CDU no relatório de actividades da Câmara Municipal de Coimbra relativo ao ano de 2020, ao invés, devido ao reforço dos transportes públicos municipais, o voto quanto ao relatório dos SMTUC seria favorável.

Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC): [\(áudio 27:26 a 28:19 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Declarou a sua intenção de voto contra “*precisamente, porque o Senhor Presidente de Câmara utiliza o poder que tem para prejudicar as pessoas que o confrontam, neste caso, a nossa Freguesia de Souselas e Botão*”;
- Remeteu o acordo de descentralização e comentou “*enviámos propostas e até hoje, até hoje, não há uma contraproposta por parte da Câmara*”;
- afirmou “*nós estamos cá para colaborar, sempre. É inaceitável esta forma de actuar! para não falar dos 300 e tal mil euros de obras que nós temos de fazer, portanto isto é inadmissível*”.

Intervenção da deputada municipal Lúcia Ferraz (SC): [\(áudio 29:04 a 34:04 minutos – 4ª gravação\)](#)

- afirmou que “*a pandemia, de facto, cavou o fosso, mas a gestão inconsequente do serviço está a aplicar a machadada final para esvaziar os SMTUC daquilo que é a sua verdadeira missão, que é a de constituir uma verdadeira e confiável alternativa à mobilidade da população*”. Acrescentou que os SMTUC “*têm vindo a degradar o serviço oferecido, e o descontentamento dos munícipes está bem patente nas múltiplas queixas que expressam quer nas redes sociais, quer no próprio portal da queixa. Os motivos assentam fundamentalmente no não cumprimento de horários e na supressão de horários pré-estabelecidos, requisitos fundamentais para a adesão da população a este sistema de transporte*”;
- Assinalou medidas positivas adoptadas, nomeadamente, a manutenção do tarifário; a atribuição do passe escolar gratuito a todos os estudantes; a criação de tarifários reduzidos para os munícipes economicamente mais desfavorecidos; a expansão da rede SMTUC à zona sul da cidade e a preparação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- da extensão parcial à zona norte em 2021. Criticou, no entanto, a *“forma atabalhoada e impreparada, em face da pressão da população e da necessidade de, naturalmente, agradar em ano eleitoral”*;
- Apontou, ainda, como positiva a construção da interface de Casconha, para o apoio ao transbordo entre linhas locais e de acesso ao centro da cidade, contrapondo, imediatamente, a falta de infraestruturas básicas, como uma casa de banho para apoio aos motoristas e aos utilizadores do sistema, ou um posto automático de venda de bilhetes;
 - Denunciou um *“claro desrespeito pelo conforto dos utilizadores”*, uma vez que de 54 paragens criadas em 2020, somente 7 tinham sido dotadas de abrigo. Aliás somente 33% das paragens dos SMTUC dispõem de abrigo;
 - Saudou a criação de pontos de informação em instituições e o aumento de 10 novos painéis de informação eletrónica em paragens, advertindo que, em face das recorrentes avarias do sistema de GPS associado às viaturas, *“esta informação é tudo menos fidedigna, portanto, descredibiliza totalmente o sistema”*;
 - Prosseguiu enunciando *“medidas desprovidas de estratégia”*, explicando que a aquisição, positiva, de 9 miniautocarros elétricos conflituava com a aquisição de 7 autocarros usados a combustão interna e 3 viaturas ligeiras. Acrescentou, ainda, que se tratava de um *“investimento ruinoso já que, para além de contribuírem para o agravamento dos indicadores ambientais, foram adquiridos já com graves deficiências mecânicas que resultam em avarias sistemáticas, engrossando a taxa de imobilizado. O número de autocarros imobilizados, aliás, continua a crescer, ultrapassando já as 40 viaturas encostadas, para além daquelas que foram enviadas para reparação no exterior”*;
 - Informou que, no ano corrente, a idade média da frota tinha subido de 14,89 para 15,7 anos, verificando-se que cerca de 70% da frota pertencia às classes euro II (1996) a euro IV (2005), relativas à emissão de poluentes. E rematou *“ainda assim, ficaram por executar na íntegra as verbas cabimentadas para aquisição de novas viaturas”*;
 - Observou, no seguimento, os recursos humanos cuja idade e antiguidade média dos funcionários continuava a aumentar, fixando-se nos 50,4 anos e 19,8 anos, respetivamente e inferiu *“bem revelador da falta de investimento no rejuvenescimento dos recursos humanos”*. Avançou, também que *“desmotivação e descontentamento está bem patente, não somente no crescimento exponencial do absentismo, mas também na saída de pessoal registado no escalão dos 10 a 14 anos de serviço, a que não será alheia a tremenda injustiça, decorrente da Lei nº12-A/2008 de 27 de fevereiro, que obrigou os motoristas dos SMTUC a transitar da carreira de agente único para a carreira geral de assistente operacional, a auferir o ordenado mínimo nacional”*. Apelidou de *“desnorte”* a recente entrada ao serviço da ECOVIA e inerente absorção de mais 12 motoristas, registando que *“os SMTUC não têm frota nem motoristas para fazer face ao serviço. Para isso, eliminam-se chapas do serviço regular para manter em funcionamento um serviço que, por impreparação e falta de visão, continua a fazer centenas de viagens diárias em vazio. Em paralelo, abusa-se do uso das folgas dos motoristas para desviar recursos para as novas linhas e serviços entretanto criados, privando os motoristas do descanso indispensável e imposto por lei e colocando um claro risco à segurança dos passageiros”*;
 - Declarou que apesar do exposto *“estamos cientes de que, naturalmente, 2020 foi um ano particularmente difícil para todos os operadores da área dos transportes e portanto, nesta matéria, o Somos Coimbra irá abster-se na presente votação”*.

Intervenção do deputado municipal Rui Claro (PS): [\(áudio 34:47:26 a 44:43 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Analisou a intervenção do Deputado Júlio Gaudêncio e comunicou ao próprio que *“apesar da campanha eleitoral parecer já estar na rua (...) não valerá a pena, certamente, dourar esse discurso que pretende em ambiente pré-eleitoral”*. Imputou a Júlio Gaudêncio as palavras *“diz que o PS e a CDU são responsáveis pelo estado das coisas”* e comentou *“bem realmente o PS é um partido responsável, e é responsável por fazer. E tanto foi feito que, de facto, a questão da descarbonização e a questão ambiental tem sido uma bandeira dos SMTUC na governação Socialista”*;
- Prosseguiu apontando um aspecto positivo na intervenção de Júlio Gaudêncio *“disse uma coisa muito bem, senhor deputado. Disse que o PS acumula euros na conta, acumula alguns euros porque tem uma gestão, enfim, comedida no que diz respeito à parte financeira, mas também acumula obra, portanto é*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

preciso ser claro quando fala nessa questão dos investimentos porque de facto tem havido investimentos. Talvez não se recorde, mas na gestão Social Democrata houve, de facto, um despesismo desbragado e, portanto, o PS não vai nessa conversa (...) não estamos inclinados para essa gestão pouco rigorosa, como deve entender”;

- Dedicou-se ao tema a que se tinha proposto e afirmou que, no respeitante à mobilidade na cidade, se a assistia a uma alteração do paradigma e do próprio sistema de mobilidade, não só pela finalização do Sistema de Mobilidade do Mondego, mas também pela renovação que os SMTUC tinham vindo a verificar;
- Informou que a mobilidade urbana implicava traçar estratégias que conduzissem à construção da cidade como uma plataforma, criando condições necessárias suficientes, para, tirando partido da gestão da informação e da ciência dos dados, alterar radicalmente o paradigma de planeamento e gestão nas cidades. Aludiu a novas formas de mobilidade nas cidades, os sistemas de bicicletas, trotinetas partilhadas sem infraestrutura física de estacionamento, as plataformas de transporte com viagens requisitadas através de aplicações tecnológicas, defendendo que *“o sector publico deve promover, obviamente, essas iniciativas privadas naquilo que lhe competir. (...) o sector privado fomenta este paradigma da mobilidade, mas que leva o sector público a repensar e a regenerar essa sua concepção, evoluindo, reforçando a oferta de transportes colectivos amigos do ambiente, com preços atractivos e primando pelo conforto e pela qualidade do serviço prestado aos utentes”;*
- Retractou que *“fala se muito dos placards, do problema dos recursos humanos, da frota, mas há aqui uma questão: o serviço prestado aos utentes é, de facto, muito superior ao que era há 10 ou 20 anos atrás. E isso, eu gostaria de ouvir aqui, um pequeno reconhecimento que fosse, pelo trabalho que os trabalhadores do SMTUC têm feito ao longo destes anos”;*
- Referiu que a Câmara Municipal tinha estabelecido as condições de funcionamento do sistema de transportes municipais com a base expectável para a reactivação gradual do serviço de transporte, relançando um serviço acessível e ecológico que mitigava a entrada na cidade de milhares de automóveis por dia e, conseqüentemente, a diminuição de emissão de gases carbónicos para a atmosfera, designadamente, na Baixa, na Alta, e na Zona Histórica. Aludiu ao documento das Informações prestadas à Assembleia Municipal pelo Presidente de Câmara e apelou a uma interpretação extensiva *“estes números mais além do que propriamente o decréscimo de receita e o decréscimo de passageiros que apenas se restringe, falaram aqui, no ano 2020, perante uma pandemia (...)”;*
- Reforçou a aposta na mobilidade urbana, arguindo a aquisição de perto de uma dezena de autocarros eléctricos com cofinanciamento do SEUR e a reactivação do sistema Ecovia que, por sua vez *“muito aplaudimos. Senhor Presidente, muito obrigado por ter, finalmente, retomado este sistema Ecovia e ter estabelecido parcerias com os principais organismos e entidades desta cidade, nomeadamente, a Universidade de Coimbra (...) mas também o Centro Hospitalar de Coimbra”.* Anunciou que se tratava de *“uma missão que assumimos com os demais parceiros políticos e sociais, por isso é com responsabilidade e dever cívico de trabalho feito que, hoje aqui, saudamos a reimplantação do sistema Ecovia”;*
- Adiantou o *“folego adicional e final”* com opção do Governo e Infraestruturas de Portugal de conclusão do Sistema de Mobilidade Mondego e propôs-se *“apenas dizer que é com muito agrado que vejo a Via Central a ganhar forma e vejo esta cidade a mudar com outro gosto para viver e para a minha geração, certamente, será um atractivo”;*
- Atestou como justos o incentivo e reconhecimento pelos trabalhos encetados em Coimbra, no alinhamento nacional, para uma transição energética responsável;
- Dedicou, para finalizar, uma breve nota ao Deputado Municipal Rui Soares *“ eu gostei de ver aqui (...)creio eu , agradecer, no fundo, a diligência e o transporte , a extensão da linha ao Norte do concelho (...)sabemos que foi uma bandeira por que lutou, mas, enfim , há méritos repartidos e portanto, não me parece muito correcto dizer que é por vir aqui para a porta do convento que as coisas se fazem. É com trabalho sério, com propostas concretas e com projectos viáveis, é assim que o PS trabalha e é assim que esperamos que possamos todos construir o melhor para as nossas populações.”*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 45:14:26 a 52:32 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Anunciou como imperativa, no contexto pré-eleitoral, a comparação entre a gestão autárquica do PS, iniciada em 2014, até ao presente, e a gestão da maioria do PSD/CDS/PPM de 2001 a 2013, 12 anos.
- Prefaciou *“Na diferença, está a evidência”*. E avançou que em 2001, a maioria do PSD, dispunha de uma execução orçamental da receita de perto de 60 milhões de euros e a dívida de 9,2 milhões de euros, a última compensada com as disponibilidades financeiras de 14 milhões de euros. Inferiu, *“ou seja, disponibilidades financeiras bem superiores à dívida”*;
- Relatou que, doze anos depois, a gestão do PSD/CDS tinha deixado uma execução orçamental da receita de cerca de 100 milhões de euros, deixando, porém, a dívida, atingir cerca de 72 milhões de euros. Rematou que *“em 12 anos de gestão do PSD/CDS, a dívida aumentou 700%, o voto anunciado da direita perante estes dados será, com certeza, um elogio às contas da Câmara Municipal de Coimbra”*;
- Lembrou que nessa altura, na gestão do PSD/CDS, *“os conimbricenses pagavam muito mais de impostos, taxas máximas de IMI, preço da água bem mais alto, os transportes mantiveram-se, mas a dívida subiu 700%”*. Adiantou que o prazo médio de pagamento a fornecedores em 2013, quando a maioria de direita tinha deixado a Câmara, era de 82 dias, quase 3 meses. Denunciou que *“nesta Assembleia chegámos, aqui, se bem se lembram a aprovar empréstimos a curto prazo para pagar a fornecedores que não recebiam há já 3 meses”*;
- Remeteu para um paralelismo meteorológico *“Tempestade financeira, em 2013, na base da deliberação camarária que aprovou as contas bancárias da Câmara e em que elas se fizessem acompanhar do documento da sua certificação legal pelo ROC(...) Tempestade financeira provocada pela maioria PSD/CDS etc, etc, etc, agora recolhida num casulo eleitoral pelo Somos Coimbra, que também obrigou que a Câmara Municipal por sua deliberação de 4 de Março de 2013, tivesse de dissolver a sociedade TC — Turismo de Coimbra, que a cumulava dívidas sobre dívidas, apesar das vultuosas transferências do orçamento municipal”*. Acrescentou, ainda, *“a ausência de investimento que então se verificava, falta de rigor e equilíbrio, o facilitismo, o desleixo, etc”*;
- Observou o Portal Electrónico *“Mais Transparência”, dos Fundos Europeus “comparando e ajuizando que o concelho de Lisboa, com cerca de 20 vezes mais população do que o concelho Coimbra, teve um valor de projectos aprovados de 792 milhões de euros. E Coimbra, que com números de ilusionismo do Líder do Somos Coimbra está habituado a trazer, estatisticamente apoucando Coimbra é verdade, teve um valor de projectos aprovados, veja-se de 609 milhões de euros.”*;
- Analisou o documento de Prestação de Contas de 2020 verificando 87% de execução global do orçamento da receita que atingia, assim, o montante de cerca de 117,7 milhões de euros. Por sua vez, a execução da despesa tinha aumentado de 68% para 72%. O nível de execução de investimentos tinha passado de 7,8 milhões de euros em 2019 para 18,6 milhões de euros em 2020. Debruçou-se sobre as Grandes Opções do Plano e referiu um aumento de execução nos pagamentos, passando-se de uma execução de 55% em 2019 para 66% em 2020. Enunciou, a par, a despesa direccionada para funções sociais, como prioridade assumida pelo Executivo Socialista. A situação económica contou com uma diminuição das dívidas a terceiros, em cerca de 6 milhões de euros, continuando a trajetória de diminuição do passivo para cerca de 56 milhões de euros;
- Divulgou, neste âmbito, que a Câmara tinha estabilizado e melhorado os indicadores económico-financeiros, cumprindo todas as imposições legais de endividamento, sem pagamentos em atraso e apresentando um prazo médio de pagamentos a 30 dias.
- Declarou, por fim, que o Partido Socialista *“votará sem hesitação as Contas e o Relatório”*.

Intervenção do Presidente da Câmara:

- Esclareceu *“intervenho porque é meu dever intervir uma vez que sou responsável máximo das Contas que são apresentadas e Relatórios de Gestão (...) não intervir, nesta ocasião, podia ser má interpretado”*. No seguimento, afirmou peremptoriamente *“que as Contas que apresentamos e os Relatórios de Gestão apresentados são fidedignos, são objectivos e são integralmente exactos”*;
- Destacou que *“o destino dado ao dinheiro dos cofres municipais, foi Funções Sociais”*, reiterando a estratégia desde 2018 e atendendo ao facto da pandemia se ter projectado nas Contas. Tomou de exemplo *“veja-se a diminuição brutal na utilização dos nossos serviços municipalizados de transporte*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

urbano” e confirmou “*É verdade! O fácil seria mandar parar os autocarros, dispensar pessoal e seguir uma trajetória inversa daquela que seguimos, mas nós assumimos manter os transportes públicos em pleno funcionamento, nós decidimos continuar a adquirir veículos, eléctricos de preferência, (...) temos também de comprar viaturas para manter a frota o mais renovada possível e sobretudo em condições de segurança para transportar as pessoas. E não é nenhum pecado comprar um autocarro a gasóleo, a diferença é que (...) para um autocarro eléctrico, é brutal e a comparticipação que recebemos, que é possível, mesmo do fundo ambiental, é ainda insuficiente*”;

- Proseguiu afirmando que “*seria fácil mandar parar a frota e até criar condições para ela ser privatizada como alguns desejariam ou ambicionariam, mas nós decidimos manter os serviços municipalizados como serviço municipal. É verdade que precisa de 9 milhões de euros para suportar o custo social de transportes, verdade! Mas é uma vantagem, por exemplo, para um cidadão desempregado ir comprar um passe por 1€ e, durante um mês, procurar trabalho ou fazer a sua vida*”. Acrescentou que “*os transportes e as Águas públicas, sob gestão pública municipal, são o braço armado da Câmara Municipal de Coimbra*”;
- Reforçou que “*as contas que aqui apresentamos são exactas, estão certificadas, são precisamente assim*”. No ensejo enalteceu, perante a Assembleia Municipal, “*os trabalhadores da Câmara Municipal, da Câmara Municipal e dos Serviços Municipais, da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados*”, bem como as empresas do sector empresarial local onde o Município se apresenta como accionista maioritário. Instou “*eu quero aqui dar o meu testemunho e enaltecer, mesmo quando têm de me aturar em maior intensidade para alavancar investimentos, aplicações, os trabalhos, as obras tudo isso. É verdade, eu tenho de reconhecer que estes resultados que apresentamos que são, apesar da pandemia, francamente positivos, só foram possíveis porque os trabalhadores municipais mantiveram a dedicação, não se amedrontaram em confinamentos (...) todos trabalhamos na Câmara Municipal, nos serviços municipais, nos serviços municipalizados com dedicação, afincos e, acima de tudo, com dedicação e honestidade, por isso, as contas merecem ser aprovadas é isso que peço*”

2. Prestação de Contas do Município de Coimbra referente ao exercício de 2020, nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - votação;

- **Inventário Municipal 2020;**
- **Aplicação de resultados;**

Deliberação nº 14/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, com 23 votos a favor (PS); 16 votos contra (7 – PSD; 4 – SC; 1 – CDS-PP; 2 – CpC; 1 – MPT; 1 – PPM) e 6 abstenções (CDU), nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 31 de Maio:

- **Aprovar** os documentos de **Prestação de Contas de 2020 e o Inventário do Património Municipal relativos ao Município de Coimbra**, elaborados nos termos definidos no SNC-AP (D.L. n.º 192/2015, de 11 de Setembro), que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e da Instrução n.º 1/2019, de 6 de Março de 2019, do Tribunal de Contas;
- **Aprovar a Aplicação do resultado líquido do período, que se cifra em 1.590.543,37€ (um milhão, quinhentos e noventa mil, quinhentos e quarenta e três euros e trinta e sete cêntimos) da seguinte forma: transferir 5% para Reservas Legais e o restante para Resultados Transitados.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

2.1. Certificação Legal de Contas de 2020 e Parecer do Auditor Externo, nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro - conhecimento;

Tomado conhecimento

3. Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do exercício de 2020, nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

- **Aplicação de Resultados;**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 15/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, *deliberou*, com 29 votos a favor, (23 – PS; 6 – CDU), 2 contra (PSD) e 14 abstenções, (5 – PSD; 4 – SC; 1 – CDS; 2 – CpC; 1 – MPT; 1- PPM), nos termos da alínea l), do nº 2, do artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 31 de Maio 2021:

- *Aprovar* o **Relatório de Gestão e Contas e os Documentos de Prestação de Contas de 2020 relativos aos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC)**, elaborados nos termos definidos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de Setembro, de acordo com a Resolução nº 2/2020, 2ª Secção do Tribunal de Contas, de 3 de Dezembro de 2020, publicada no Diário da República, II Série, nº 248, de 23 de Dezembro de 2020, sobre a Prestação de Contas relativas ao ano de 2020 e gerências partidas de 2021 e atento ao disposto na Instrução nº 1/2019-PG, publicada no Diário da República, 2ª Série, nº 46, de 6 de Março, para a organização e documentação das contas de todas as entidades sujeitas a prestação de contas ao Tribunal de Contas. Lei nº 75/2013 e Lei nº 1-A/2020, de 19/03/2020;
- *Aprovar* a proposta que seja **mantido na conta 59 — Resultados Transitados dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC)**, o resultado líquido negativo apurado no exercício de 2020 no montante 299.947,68€ (duzentos e noventa e nove mil, novecentos e quarenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos), considerando o disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, na sua redação actual, que estabelece o Regime Jurídico da Actividade Empresarial Local e das Participações Locais, designadamente o disposto no nº 2, do artigo 16º que pretende garantir a intangibilidade do Património Líquido dos Serviços Municipalizados quando estes apuram resultados negativos e transferir para os Municípios os respetivos excedentes quando são apurados lucros.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado municipal João Campos (PSD): [\(áudio 04:49 a 05:30 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Declarou que a União de Freguesias de Coimbra tinha votado contra o Relatório de Contas *não pela sua legalidade, mas pelo que ela espelha, entre 2017 e 2021, zero euros executados.*”
- Dirigiu-se aos Jornalistas dizendo *“quando ouvem as parangonas do Executivo de Coimbra a falar de muito dinheiro para as juntas de freguesia: zero, quatro anos zero obras e em relação aos SMTUC, porque infelizmente também é uma promessa que foi feita à União de Freguesias de Coimbra e aos Municípios da Conchada de dentro do Bairro da Conchada ir um carro dos SMTUC e 4 anos depois, nada, zero.”*

- 4. 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra**, nos termos da alínea o), do nº 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Deliberação nº 16/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, *deliberou, por maioria*, com 32 votos a favor, (23 – PS; 6 – CDU; 1 – CDS-PP; 2 – CpC) e 14 abstenções, (8 – PSD; 4 – SC; 1 – MPT; 1 – PPM), e sob proposta da Câmara Municipal datada de 14 de Junho de 2021, *aprovar*, o **Mapa de Pessoal de 2021 – Segunda alteração, da Câmara Municipal de Coimbra**, nos termos da alínea o), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

- 5. Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público, Publicidade e Propaganda**, nos termos da alínea g), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 07:49 a 10:14 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Advertiu para *“uma lógica interpretativa”* de um excerto do Regulamento, *“aparentemente inócuo”*, dedicado à e inscrição de mensagens de propaganda, em especial, a afixação ou inscrição de mensagens de propaganda para política eleitoral. Remeteu para o nº 3 do artigo 42º, citando-o;
- Enunciou uma dúvida idêntica relativamente ao nº 5, tendo intenção de esclarecer *“uma indicação interpretativa relativamente a estas matérias, é que este artigo diz respeito, só e exclusivamente, em*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

relação aos espaços a munir pela Câmara Municipal os seus espaços próprios e não outros a criar pelos partidos políticos, pelas entidades intervenientes. Ou seja, este regulamento não pode ir além da competência própria, dos espaços próprios da sua competência, tudo o resto, parece-me abusivo penso que isto deverá ficar como interpretação definitiva em relação a esta matéria, para que no futuro não haja dúvidas “.

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 10:35 a 13:40 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Afirmou a inexistência de dúvidas ou reservas quanto à importância da regulação do espaço público, “*garantindo que seja seguro, cómodo e aprazível*”. Distinguiu regulação de regulamentação: “*nada valem regulamentos, por mais miúdos que sejam – e aqui temos o primeiro problema deste regulamento, quanto a nós, é que ele é demasiado complexo, tem esse defeito de tudo querer ver e submeter e, portanto, sempre qualquer coisa ficará de fora. O mais importante é que havendo regulamentos haja, para já, instrumentos que zelem pelo seu cumprimento para nós – se não houver instrumentos que velem pelo seu cumprimento e depois, se não houver, a montante, uma campanha e acções de esclarecimento, motivação dos cidadãos que os levem, por vontade própria a respeitar o espaço público, também de nada vale*”;
- Enunciou o segundo aspeto importante, já reportado na intervenção antecedente pelo Deputado Pinto Ângelo, “*que nos deixou muito preocupados, é este enxerto da propaganda política e eleitoral neste documento dedicado a publicidade. Para quê? Para diminuir a importância ou dificultar a ação? A campanha política eleitoral é um direito que está na constituição. Tudo o que está enxertado é cópia da lei, se já existe uma lei para que é que existe regulamento? Parece-nos de facto que não é necessário! lei essa que não tem sido cumprida pelos órgãos autárquicos, nomeadamente a definição e criação de espaços dedicados em exclusivo a este efeito;*
- Observou a exclusão da publicidade a espetáculos e ações culturais. Questionando de imediato, neste âmbito, “*já se pode ocupar livremente o espaço público, sem qualquer regulação?*”. Interrogou, a seguir “*o que se vai fazer estruturas de publicidade, da responsabilidade do município, que de facto obstruem e desfiguram o espaço público? Vão ser recolocadas e servir de exemplo a boas práticas?*”;
- Declarou, por fim “*não é um regulamento que de facto aplaudamos o que podemos fazer é abster*”.

Intervenção do deputado municipal Nunes da Silva (SC): [\(áudio 14:14 a 15:15 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Concordou com o Deputado Municipal Ferreira da Silva, apontado, no entanto, falta “*esse rigor (...)* referiu em 2013, o Somos Coimbra, o PSD e o CDS”. Reflectiu, nesse sentido, “*quando os nossos opositores políticos dizem que estamos a fazer um excelente trabalho é sinal que estamos do lado errado da barreira, quando os nossos opositores políticos não nos mencionam estamos a fazer um mau trabalho, quando, como o Senhor aqui em nome do Partido Socialista, dizem (...) achincalhar o Somos Coimbra é sinal que, de facto, nós estamos a fazer um bom trabalho, é sinal que estamos a preocupar (...)*”.

Intervenção do deputado municipal Victor Parola (PS): [\(áudio 15:54 a 19:30 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Esclareceu que o regulamento nunca tem a ambição de concentrar ao pormenor, exaustivamente e em rigor tudo o que é preciso regulamentar “*há sempre alguma coisa que escapa, obviamente*”;
- Mencionou como objectivo essencial que quer os utilizadores desses espaços, quer os serviços da Câmara Municipal de Coimbra tivessem acesso a uma interpretação muito mais clara acerca da utilização dos espaços públicos. No regulamento anterior de 2012 havia “*muitas possibilidades em que os próprios serviços camarários, de uma forma de interpretação linear, confundiam a beira da estrada com a estrada da beira e hoje, com este novo documento, tal já não é possível. (...) no que é essencial este documento trouxe um contributo muito grande na relação entre quem carece desses serviços, os solicita à Câmara Municipal e os próprios serviços da Câmara Municipal, na forma como interpretam a aplicação desse regulamento*”;
- Partilhou a sensação de que a Campanha Eleitoral já se tinha iniciado, reflectindo “*se por ventura a gestão do Partido Socialista, até agora fosse exactamente igual aquela que o PSD fez no mandato anterior, nós não tínhamos este local para fazer, hoje a Assembleia Municipal (...) tenhamos mais contenção nas críticas (...)*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal João Campos (PSD): [\(áudio 20:48 a 23:24 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Declarou que a União de Freguesias de Coimbra ia votar contra o Regulamento, porque tinha aceitado, no âmbito da descentralização, a transferência de competências e “continuo à espera há um ano que o Senhor Presidente da Câmara, Presidente da Associação Nacional de Municípios (...) leve a sessão, aliás estamos a discutir esse assunto em tribunal sem necessidade nenhuma é a tal falta de democracia que esta Câmara tem e este Executivo”;
- Afirmou que “queremos essas competências para a União das Freguesias de Coimbra, não faz sentido nenhum que uma freguesia, de numa Capital de Distrito, como é a União de Freguesias de Coimbra, urbana, não tenha esse tipo de competências. Isto nem é uma lei do PSD é uma lei do Partido Socialista, é uma lei de António Costa que fez, e bem, em Lisboa essa descentralização, tentou fazer no resto do país (...)”;
- Refutou a não aceitação de todas as propostas de descentralização “exceptuando aquelas que todos aceitámos não aceitar, passo a redundância, do lançamento dos foguetes (...) também não queríamos essa competência que envolve polícia, envolve bombeiros”;
- Relembrou que tinham aceitado em 2019 e que, desde então, esperava que as competências fossem transferidas para a União de Freguesias de Coimbra e reclamou “a Câmara, este Executivo de Coimbra, não quer transferir. Que fique bem explícito, isto!”;
- Terminou com o repto “Como nós não fomos tidos nem achados num regulamento que pode ter impacto no futuro, nesta questão da descentralização, teremos de votar contra”.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (PS): [\(áudio 23:42 a 24:26 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Saudou a interpretação emanada, referindo “mesmo o Dr. Parola veio reforçar a minha indicação, qualquer intervenção da Câmara tem de ser precedida de uma lei que qualifique (...) limitações, porque a Câmara só tem capacidade de decidir perante aquilo que é a sua propriedade (...) daí que acho que devemos considerar como a interpretação verdadeira, nos termos em que a coloquei, a Câmara não pode, nem os seus serviços, ir mais além do que a grande liberdade política de intervenção e propaganda que hoje tem os partidos e cidadãos”.

Deliberação nº 17/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por maioria, com 34 votos a favor, (23 – PS; 6 – CDU; 4 – SC; 1 – CDS-PP), 3 contra (2 – PSD; 1 – MPT) e 9 abstenções, (6 – PSD; 2 – CpC; 1 – PPM) e, sob proposta da Câmara Municipal datada de 12 de Abril, nos termos da alínea g), do nº 1, do art.25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar o **Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público, Publicidade e Propaganda, que inclui o Anexo I - (Planta) Área inscrita como Património Mundial da UNESCO, incluindo Zona Especial de Protecção e o Anexo II - (Planta) Área do Centro Histórico de Coimbra.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção Presidente da Assembleia Municipal:

- Anunciou que o Ponto 6 e o Ponto 6.1 seriam debatidos em conjunto e a votação, naturalmente, seria feita separadamente;
- Informou que se tratava de “dois momentos, um é a autorização para exercício do direito legal de preferência (...) e depois é preciso a autorização para empréstimo bancário para aquisição”;
- Declarou aberta a discussão.

6. Autorização para exercício do direito legal de preferência, por parte da Câmara Municipal de Coimbra, na aquisição do prédio urbano em propriedade total, sito na Rua Ferreira Borges, nº 12 e Praça do Comércio, nº 61, em Coimbra, nos termos da alínea i), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

6.1 Autorização para contratação de um empréstimo de 1.800.000,00 euros para aquisição de um prédio urbano em propriedade total, sito na Rua Ferreira Borges, nº 12 e Praça do Comércio, nº 61 em Coimbra, nos termos da alínea f), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da deputada municipal Carolina Patrício (PSD): [\(áudio 28:35 a 31:10 minutos 5ª gravação\)](#)

- Afirmou como indiscutível a necessidade de condições de trabalho dos funcionários municipais e acrescentou *“nós temos o dever de lhes garantir isso, mas tal não pode ser confundido com a escolha da opção mais confortável para a Câmara Municipal de Coimbra”*;
- Imputou à Câmara Municipal *“o dever de pensar a cidade como um todo, não se pode limitar a gerir as suas necessidades operacionais. E, acima de tudo essas necessidades funcionais não podem ser um obstáculo à promoção do desenvolvimento e da inovação”*. Apontou como consequências imediatas a expulsão de oportunidades de iniciativa privada e a exclusão do debate sobre *“a possibilidade de revitalizar ruas mais periféricas que tanto precisam de gente”*;
- Questionou directamente *“o que é que a baixa ganha com isto? “*, mostrando dificuldade na resposta uma vez que *“não foi apresentado nenhum planeamento estratégico sobre o futuro da nossa baixa”*. Ao invés, avançou de imediato *“o que não vamos ganhar: (...) são investidores (...) são novas caras a animar e a trazerem novos hábitos à rua Ferreira Borges e à nossa praça velha (...) é vontade criativa e originalidade”*;
- Declarou que o PSD votaria contra *“porque conhecemos o potencial da baixa e não desistimos dela”*; *“porque ouvimos a baixa, ouvimos as esperanças que as pessoas que circulam por lá tinham para aquele edifício”*; *“porque queremos estudar oportunidades de instalação dos serviços nas ruas mais esquecidas da baixa”*; *“porque não queremos ser um obstáculo à criação de novas oportunidades para os cidadãos desta cidade”*; *“porque optar pela solução mais confortável devia ser contra a nossa essência”*.

Intervenção do deputado municipal José Mário (SC): [\(áudio 32:18 a 38:42 minutos 5ª gravação\)](#)

- Remeteu para a intervenção sobre a acessibilidade aos documentos enviados de *“uma forma absolutamente impreparada para que seja acessível em determinadas tecnologias”, “nem sequer se compreende do ponto de vista da economia de esforço, de rentabilização”*. Avançou *“dificulta-vos o trabalho a todos vocês que conseguem aceder e visualizar, para mim, é praticamente impossível aceder a estes documentos... não tem a ver com os serviços da câmara porque há anos este tipo de documentação era acessível “*. Deixou, por fim, o repto para quem tivesse competência resolver a questão;
- Abordou a questão do direito de preferência questionando-se o que poderia significar, respondendo no momento: *“antes de mais, um desperdício de investimento”*. Sugeriu que com a sua remodelação pudesse ser colocado no mercado empreendedor ou habitação a custos controlados;
- Acusou a medida de *“travagem ao investimento privado, porque tanto quanto se sabe haveria um investidor privado interessado“*, mostrando-se claudicante quanto à posição do Executivo relativamente à iniciativa privada que *“nos complexos desportivos onde o privado aparece aqui com toda a pujança, outras vezes, quando se trata da oportunidade de vivificar a cidade, então aí, parece que já não interessa”*;
- Apontou a perda de oportunidade para dinamizar a Baixa de Coimbra, dirigindo-se ao Presidente do Executivo referiu *“há pouco, pareceu confundir a questão demográfica em Coimbra com um suposto problema de amabilidade ou de amores”* e deduziu que a questão se prendia, ao invés, com a *“atractividade de Coimbra”*. Questionou o motivo pelo qual os mapas demográficos estavam em causa, quando disponíveis na internet, com notória transparência;
- Mencionou a Baixa como *“potencialmente perigosa, atractiva da marginalidade e do crime noturno. Opção que significa mais um carimbo de desorientação estratégica”*. Não reconheceu qualquer mais-valia económica ou sequer valor acrescentado do ponto de vista do serviço público, atentando, no entanto, a preservação da saúde dos colaboradores da Câmara Municipal que surgia como *“proposta apresentada na lógica tão veementemente criticada há alguns anos: a chamada TINA-There Is No Alternative”*;
- Declarou, em nome do Somos Coimbra, o voto contra o exercício do direito de preferência e o empréstimo para aquisição do prédio.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (SC): [\(áudio 39:25 a 42:58 minutos 5ª gravação\)](#)

- Refutou os “*interesses contraditórios francamente insanáveis*” com “*a verdade, verdadinha é que estão ao serviço de interesses mais ou menos confessáveis*”;
- Acrescentou que “*quem ouve aqui falar, parece que a Baixa se esgotou, não tem mais prédios (...)*” e avançou que, precisamente, aquele que serviria para melhorar os serviços da Câmara e para manter pessoas na Baixa, sem tornar os serviços periféricos, era o que estava a ser contestado;
- Advertiu que “*a liberdade de expressão política é bastante ampla, mas temos de ter cuidado com aquilo que defendemos (...)* afinal o mercado existe e é para ser respeitado nos seus termos”;
- Finalizou dizendo “*esta vacuidade de intervenção em relação à defesa de um princípio que não concretizam (...)* das duas uma: *Ou sabem quem era e para o que era, uma defesa à persona. Ou, não sabendo, têm de especificar quais eram as alternativas que tinham*”.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 43:38 a 44:17 minutos 5ª gravação\)](#)

- Alegou que o exercício do direito de preferência servia para proteger o comércio local da Baixa e, enumerando a existência de diversos *shoppings* na zona da Baixa, rematou, por fim, “*o comércio em altura prejudica o comércio da Baixa e nós queremos proteger o comércio da baixa*”.

Intervenção do Presidente da Câmara:

- Adiantou que não evocaria o “*pedido de intervenção em defesa da honra*”, por ser desnecessário;
- Reiterou, sinteticamente, o fundamento da proposta: “*a Câmara Municipal, para quem não está ao corrente, tem cerca de 2 600 trabalhadores. Em geral, as instalações municipais são exíguas, temos prédios arrendados para ter trabalhadores em condições deficientes*”;
- Acrescentou que, devido ao contexto pandémico, existiam regras, nomeadamente, laborais, que determinavam procedimentos, áreas e condições de trabalho específicos;
- Referiu que, no exercício dos poderes e funções próprios da autarquia, exerceram o direito de preferência daquela transacção, “*tal como fizemos no prédio, exactamente, ao lado*”. Esclareceu, ainda, que “*um prédio próximo dos Paços do Município é mais eficaz e mais produtivo. Este prédio confronta com o outro que nós, anteriormente, havíamos adquirido*”;
- Relatou que, no Mercado, através de Agência Imobiliária, era pedido um valor superior a 1.000.000,00€, no entanto, na Casa Pronta, o mesmo prédio estava registado por 500.000,00€ “*e foi isso que nos levou a adquiri-lo, nos termos da lei*”;
- Afirmou que “*para encorajar os nossos trabalhadores a produzirem para o bem comum, temos de ter condições dignas para o trabalho*”. Relevou, no processo de requalificação da Rua Ferreira Borges, Praça do Comércio e Rua Corpo de Deus, “*a presença dos trabalhadores municipais, que vem aumentar a qualidade e vem garantir que o espaço municipal é instalado condignamente*”;
- Aludiu à questão da insegurança declarando “*é evidente que numa cidade há incidentes e percalços, mas a criminalidade em Coimbra não está no nível que é insinuado (...)* A nossa cidade é uma cidade segura!”. Prosseguiu, explicando que as câmaras de videovigilância estavam a funcionar e tinham sido instaladas pela Câmara Municipal, sob controlo preciso do Comandante da Polícia de Segurança Pública, “*sem nenhuma interferência intrusiva de qualquer funcionário municipal, embora o sistema de comunicação tenha sido fornecido e seja suportado pela Câmara Municipal. Está em funcionamento, portanto, tranquilizem-.se as pessoas!*”;
- Argumentou, quanto ao preço, que “*foram feitas as avaliações de lei. por perito oficial, credenciado para o efeito*”. E que, no momento, com as actuais orientações de regresso ao trabalho, se tratava de uma “*urgência, acolher estes trabalhadores, evitar que eles se mantenham em teletrabalho, em regime forçado, por falta de condições. Como acontece ainda hoje, porque não temos instalações suficientes. E não retirar do centro da cidade os serviços públicos que são essenciais para manter a qualidade daquele espaço*”;
- Abordou, por fim, a questão do financiamento, informando que tinha sido desencadeado o processo de Consulta Pública para contratualização do empréstimo cuja empresa vencedora era a Caixa Geral de Depósitos, que apesar de detentora do prédio, era também a que tinha apresentado melhores condições: “*hoje compensa comprar o dinheiro, por isso, não temos necessidade de estar a sobrecarregar a*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

tesouraria da Câmara Municipal, quando podemos chegar ao mesmo objectivo a mais baixo custo do dinheiro para pagar o prédio (...) obviamente a Câmara tem dinheiro para pagar, mas podendo comprar o dinheiro para fazer esta aquisição é o caminho que qualquer economista mediano, como é o meu caso, faria”.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:

→ Relembrou que o *Ponto 6* e o *Ponto 6.1* tinham sido discutidos em conjunto e, no momento seguinte, seriam votados separadamente.

Deliberação nº 18/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por *maioria*, com 33 votos a favor, (23 – PS; 1 – PSD; 6 – CDU; 2 – CpC; 1 – MPT) e 13 votos contra (7 – PSD; 4 – SC; 1 – CDS; 1 PPM) e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 31 de Maio, nos termos da alínea i), do nº 1, do artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, *aprovar* a Autorização para exercício de direito legal de preferência, por parte da Câmara Municipal de Coimbra, na aquisição do prédio urbano em propriedade total, sem andares, nem divisões susceptíveis de utilização independente, com 8 pisos, sito na Rua Ferreira Borges, nº 12 e Praça do Comércio, nº 61, em Coimbra. O prédio pertence à União de Freguesias de Coimbra e está inscrito na matriz predial urbana sob o nº 1231 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 285, pelo valor de 1.800.000,00€ (um milhão e oitocentos mil euros).

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Deliberação nº 19/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou por *maioria*, com 33 votos a favor, (23 – PS; 1 – PSD; 6 – CDU; 2 – CpC; 1 PPM) e 13 votos contra (7 – PSD; 4 – SC; 1 – CDS; 1 MPT) e, sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia 28 de Junho, nos termos da alínea f), do nº 1, do artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, *aprovar* a contratação de empréstimo de médio e longo prazo no valor de 1.800.000,00€ (um milhão e oitocentos mil euros) para financiamento da aquisição de Imóvel, sito na Rua Ferreira Borges, nº 12 e Praça do Comércio, nº 61, em Coimbra, à Caixa Geral de Depósitos.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

7. Proposta de prorrogação do prazo da Operação de Reabilitação Urbana (ORU)/Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU) da Área de Reabilitação Urbana Coimbra Alta, denominada como ARU Coimbra Alta, por mais 6 anos, nos termos da alínea r), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 57:11:26 a 58:55 minutos 5ª gravação\)](#)

- Começou por declarar “*é evidente que não nos vamos opor a esta prorrogação*”, no entanto, advertiu que “*a necessidade desta prorrogação é um claro certificado de incompetência dos últimos Executivos, denunciado, de facto, todos os anos por nós, aquando destes Relatórios de Contas. É verdade que nunca foram apresentados relatórios, como os Vereadores do Somos Coimbra ou do PSD argumentaram no Executivo*”;
- Considerou que o exposto servia de prova de que “*o Executivo não tem determinação suficiente para: Executar o que apregoa, mesmo com as verbas disponíveis e a sobrar, sabemos todos; O facto de 50% do capital ser de privados, isso não nos convence, não justifica de forma nenhuma a não execução. A uma câmara também se exige que exerça o seu poder facilitador, motivador, empreendedor, junto dos particulares, fazendo avançar e acompanhando as ações programadas*”;
- Reflectiu, para terminar “*prever mais 6 anos para o que não foi feito em 9 é, de facto, uma admissão desta incompetência, sobretudo se quisermos projetar uma Capital da Cultura em 2027, portanto esta prorrogação vai além de 2027*”.

Deliberação nº 20/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, por *maioria*, com 44 votos a favor, (23 – PS; 6 – PSD; 6 – CDU; 4 – SC; 1 – CDS; 2 – CpC; 1 – MPT e 1 – PPM) e 2 abstenções (2 – PSD), e sob proposta da Câmara Municipal datada de 10 de Maio, *aprovar* a prorrogação do prazo da Operação de Reabilitação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Urbana (ORU) e respectiva Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU) da Área de Reabilitação Urbana Coimbra Alta, denominada como ARU Coimbra Alta, por mais 6 anos, ao abrigo do nº 2, do artº 20º, do RJRU e, nos termos da alínea r), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

8. Ciclovia do Mondego – Proposta de contrato Interadministrativo de delegação de competências

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 00:50 a 03:27 minutos 6ª gravação\)](#)

- Apontou o importante aproveitamento de recursos paisagísticos e o estímulo à prática de estilos de vida saudáveis que a ciclovia do Mondego, de Coimbra à Figueira da Foz, passando por Montemor -o- Velho, proporcionara. Acrescentou, ainda, a coesão territorial, solidariedade intermunicipal por objectivos comuns, racionalização de recursos disponíveis na continuidade e no terreno e a melhoria da qualidade dos serviços, como factores de enaltecimento;
- Esclareceu que 162.000 euros correspondiam a 15% do total porque o projecto contava com o financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Minudenciou “*podia pressupor-se que havia um elevado encargo por parte da Câmara Municipal de Coimbra, 1,6 ou de 1,5 milhões de euros, quando na realidade são 162000 euros, ainda que na discriminação do contrato, por causa do tal lapso esteja, então 260.000 euros. Ainda assim, esta proposta de contrato interadministrativo foi aprovada por unanimidade no executivo e, a nós, não nos oferece dúvidas quanto ao voto favorável relativamente à Ciclovia e ao Contrato com a CIM.*”

Deliberação nº 21/2021

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, *por unanimidade*, sob proposta da Câmara Municipal datada de 28 de Junho, **aprovar o Contrato Interadministrativo de delegação de competências no âmbito da “Ciclovia do Mondego”**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

9. Projecto das Actas nº 5/2020 de 29/12/2020 e nº 1/2021 de 26/03/2021.

Deliberação nº 22/2021

A Assembleia Municipal deliberou, *por unanimidade*, **aprovar as Actas nº 5/2020 de 29/12/2020 e nº 1/2021 de 26/03/2021.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.